

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA

Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação.

Antonio Marcos Zenerato

**Evasão discente no Curso Técnico em Informática nas Escolas Técnicas do
Centro Paula Souza**

ARARAQUARA- SP
2017

Antonio Marcos Zenerato

**Evasão discente no Curso Técnico em Informática nas Escolas Técnicas do
Centro Paula Souza**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Processos de Ensino, Gestão e Inovação.

Linha de pesquisa: Gestão Educacional.

Orientador: Prof. Dr. Darwin Ianuskiewtz

Z54e Zenerato, Antonio Marcos

Evasão discente no curso técnico em informática nas escolas técnicas do Centro Paula Souza/Antonio Marcos Zenerato. – Araraquara: Universidade de Araraquara, 2017.

93f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação- Universidade de Araraquara-UNIARA

Orientador: Prof. Dr. Darwin Ianukiewtz

1. Causas da evasão. 2. Ensino técnico. 3. Evasão escolar. I. Título.

CDU 370

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ZENERATO, Antonio Marcos. **Evasão escolar no curso técnico em informática nas escolas técnicas do Centro Paula Souza**. 2017. 47f. Dissertação do Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara – UNIARA, Araraquara-SP.

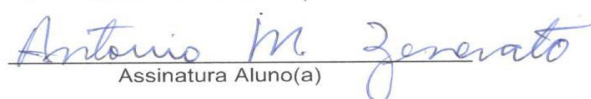
ATESTADO DE AUTORIA E CESSÃO DE DIREITOS

NOME DO AUTOR: Antonio Marcos Zenerato

TÍTULO DO TRABALHO: Evasão escolar no curso técnico em informática nas escolas técnicas do Centro Paula Souza

TIPO DO TRABALHO/ANO: Dissertação / 2017

Conforme LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998, o autor declara ser integralmente responsável pelo conteúdo desta dissertação e concede ao Centro Universitário de Araraquara permissão para reproduzi-la, bem como emprestá-la ou ainda vender cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação pode ser reproduzida sem a sua autorização.


Assinatura Aluno(a)

ANTONIO MARCOS ZENERATO

Rua Primo de Carli, nº 63, Vila Negri – Taquaritinga/SP – CEP: 15900-000

azenerato@etcbebedouro.com.br



UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROCESSOS DE ENSINO,
GESTÃO E INOVAÇÃO, ÁREA DE EDUCAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara – UNIARA – para obtenção do título de **Mestre em Processos de Ensino, Gestão e Inovação**.

Área de Concentração: Educação e Ciências Sociais.

NOME DO AUTOR: ANTONIO MARCOS ZENERATO

TÍTULO DO TRABALHO: “EVASÃO DISCENTE NO CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA NAS ESCOLAS TÉCNICAS DO CENTRO PAULA SOUZA”

Assinatura do(a) Examinador(a)

Conceito

Prof. Dr. Darwin Ianuskiewtz (orientador)
Universidade de Araraquara – UNIARA

Aprovado () Reprovado

Prof. Dr. Luiz Carlos Gesqui
Universidade de Araraquara – UNIARA

Aprovado () Reprovado

Profa. Dra. Cássia Maria Davanço
Faculdade de Tecnologia “Jorge Caram Sabbag” - FATEC

Aprovado () Reprovado

Versão definitiva revisada pelo(a) orientador(a) em: 20/04/17

Prof. Dr. Darwin Ianuskiewtz (orientador)

Agradeço primeiramente a DEUS por tudo o que de bom tem feito na minha vida, posteriormente à minha esposa Vilma que sempre está ao meu lado me apoiando. Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Darwin Ianuskiewtz e ao Prof. Dr. Luiz Carlos Gesqui sem os quais este trabalho não teria sido concluído, aos meus colegas de turma, pois sempre fomos muito unidos, à instituição de ensino que juntamente com os respondentes contribuiu imensamente para a realização desta pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho com o tema “Evasão discente no Curso Técnico em Informática nas Escolas Técnicas do Centro Paula Souza” é fruto de uma pesquisa direta junto a um grupo de alunos de uma das unidades de Ensino Técnico do Centro Paula Souza e pretende-se, por meio deste, compreender o fenômeno da evasão discente através da apresentação de dados estatísticos a partir da análise das turmas ingressantes desde o primeiro semestre de 2009 até o segundo semestre de 2014 que, apesar de serem específicos de determinado período, expressam uma visão ampla sobre o fenômeno, bem como exibem e analisam razões que levam os alunos desta modalidade a não permanecerem no curso. Como apoio teórico foram tomados os autores: Bonfim (2012), Cravo (2012), Guimarães (2012), Johann (2012) e Lara (2011). Com relação ao contato junto aos alunos, foi feita uma varredura dos dados junto à secretaria buscando formas de contato com o aluno evadido durante o período analisado para posterior envio do formulário de pesquisa, onde a intenção foi trabalhar diretamente junto ao aluno pesquisado visando o levantamento de informações fidedignas de forma a preservar a transparência da pesquisa. O trabalho foi organizado em quatro capítulos: o capítulo inicial mostra um panorama a nível conceitual sobre a evasão discente segundo uma revisão bibliográfica buscando o entendimento das possíveis variáveis e processos que resultam no fracasso escolar; o segundo capítulo traz marcos históricos da educação profissional no Brasil desde as escolas de aprendizes e artífices, analisando a expansão desta modalidade de ensino principalmente no que se refere à legislação pertinente; o terceiro capítulo coloca a ETEC em foco desde a contextualização do município, bem como a infraestrutura da unidade de forma a posicionar o leitor com relação à instituição pesquisada; o capítulo final apresenta os dados e os motivos relatados sobre a evasão discente junto ao curso pesquisado apresentando as principais causas que levaram os alunos analisados a procurarem o curso, as disciplinas que mais pesaram no processo de evasão discente, além de mapear outros fatores que levaram os alunos a não concluírem a modalidade de curso escolhida, e termina confrontando as informações obtidas a partir desta pesquisa com as de outros autores de forma a dar maior sustentação ao tema.

Palavras-chave: causas da evasão; ensino técnico; evasão escolar.

ABSTRACT

The theme of the present work "Student Evasion in Information Technology at the Paula Souza Center of Technological Education" is the result of a research directly with a group of students from one of the Technical Education units of the Paula Souza Center, and it is intended hereby to understand the student evasion phenomenon through the presentation of statistical data from the analysis of the enrollment classes from the first semester of 2009 to the second semester of 2014 which, although they are specific of a certain period, they express a broad vision of the phenomenon, as well as displays and analyzes reasons that led students of this modality not to remain in the course. As a theoretical reference, the authors were: Bonfim (2012), Cravo (2012), Guimarães (2012), Johann (2012) and Lara (2011). Regarding the contact with the students, a data scan was made with the Center's Department, seeking ways to contact the evaded student during the period analyzed for later submission of the research form, on which the intention was to work directly with the researched student aiming at gathering reliable information in order to preserve the transparency of the research. The work was organized in four chapters: the initial chapter shows a conceptual overview of student evasion according to a bibliographical review seeking the understanding of the possible variables and processes that result in school failure; the second chapter brings the historical landmarks of professional education in Brazil from schools of apprentices and artificers, analyzing the expansion of this modality of education mainly with regard to the pertinent legislation; the third chapter places ETEC in focus from the contextualization of the municipality as well as the infrastructure of the unit in order to position the reader in relation to the researched institution; the final chapter presents the data and reasons reported on student evasion along with the researched course presenting the main causes that led the analyzed students to look for the course, the disciplines that are most important in the student evasion process besides mapping other factors that led the students not to complete the chosen course modality, and ends confronting the information gathered from this research with those of other authors in order to give greater support to the theme.

Key words: causes of evasion; school evasion; technical education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Disposição padrão dos laboratórios da ETEC pesquisada.....	48
Figura 2 - Mapa dos motivos que levaram os candidatos do 1º semestre de 2016 a procurarem o curso Técnico em Informática	57
Figura 3 - Histórico da demanda do Curso Técnico em Informática.....	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Principais dificuldades encontradas junto às disciplinas do curso.....	28
Tabela 2 – Número atual de salas de aula.....	47
Tabela 3 – Total de alunos lotados nos diversos cursos oferecidos.....	48
Tabela 4 – Evasão discente desde o 1º semestre de 2007 até o 2º semestre de 2015.....	58
Tabela 5 – As respostas dos alunos evadidos.....	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CEETEPS	Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
CNCT	Cadastro Nacional de Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio
DVD	Digital Versatile Disc
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ETEC	Escola Técnica Estadual (Escola Técnica Estadual)
FAFIBE	Faculdades Integradas de Bebedouro
FATEC	Faculdade de Tecnologia
GB	Gigabytes
HD	Hard Disk
HP	Hewlett-Packard
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFSP	Instituto Federal de São Paulo
IMESB	Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro
INEP	Instituto Nacional de Serviços Pedagógicos
IPRA	Instituto Práxis
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
PPG	Plano Plurianual de Gestão
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
RM	Registro de Matrícula
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Agricultura
SENAT	Serviço Nacional de Transportes
SESC	Serviço Social do Comércio
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SESI	Serviço Social da Indústria
SEST	Serviço Social do Transporte

WEBSAI Sistema de Avaliação Institucional via Web

SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO.....	13
1.1-Estrutura dos capítulos.....	19
2-SOBRE A EVASÃO ESCOLAR.....	21
2.1-A evasão discente pelo ângulo das ETECs.....	27
2.2-Os rastros da evasão discente.....	29
2.3-Conclusão.....	30
3-HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ATÉ OS DIAS ATUAIS.....	32
3.1-No Brasil.....	32
3.2-Nas ETECs.....	39
3.3-O problema da evasão discente nas ETECs.....	40
3.4-Conclusão.....	42
4-A ETEC EM QUESTÃO.....	43
4.1-Characterização do município.....	44
4.2-Characterização da instituição.....	46
4.3-Recursos físicos.....	47
4.3.1-Laboratórios.....	47
4.4-Recursos humanos.....	49
4.5-Cursos oferecidos e suas informações.....	49
4.6-O curso técnico em informática.....	52
4.7-Perfil dos ingressantes.....	55
4.8-Possíveis pivôs para a evasão discente no curso pesquisado.....	58

4.9-Conclusão.....	59
5-COLETA E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES.....	61
5.1-O processo de coleta e os instrumentos utilizados.....	61
5.2-Os dados dos alunos evadidos.....	61
5.3-A amostragem.....	62
5.4-Confeccção e aplicação do instrumento de pesquisa – questionário.....	63
5.5-Os procedimentos de análise em detalhes.....	64
5.6-Perfil dos respondentes.....	65
5.7-Justificativas apresentadas.....	70
5.8-Análises gerais.....	71
5.9-Motivação para o ingresso no curso.....	71
5.10-Principais dificuldades encontradas.....	73
5.11-Sobre a motivação para o abandono do curso.....	74
5.12-Outras inferências importantes.....	75
5.13-Algumas análises específicas.....	76
5.14-Paralelo entre as respostas e o referencial teórico.....	76
5.15-Conclusão.....	77
6-CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E WEBGRÁFICAS.....	82
APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO PARA A COLETA DE DADOS.....	88

1 - INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como foco o levantamento das causas da evasão discente no Curso Técnico em Informática da Escola Técnica Estadual Prof. Ídio Zucchi, localizada na macrorregião de Ribeirão Preto - SP. A instituição é mantida pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, autarquia que integra um conjunto de mais de 150 escolas técnicas e mais de 20 Faculdades de Tecnologia. Este órgão teve sua criação alavancada pelo governador Abel Sodré em 1967 com a consolidação da ideia de um Centro Estadual voltado à educação tecnológica visando atender a necessidade de formação profissional qualificada para acompanhar a expansão industrial paulista.

O desenvolvimento tecnológico associado a este crescimento vem fazendo com que o ensino profissional seja visto como o caminho mais curto para o ingresso no mercado de trabalho e com salários mais aceitáveis.

Apesar de todas estas vantagens, um problema enfrentado pelo ensino profissional é a evasão discente, um fenômeno complexo de identificar e minimizar, visto que os motivos que levam um aluno a desistir do curso são inúmeros, de forma que embora as instituições tenham grande preocupação com o tema, poucos são os resultados concretos.

Outro agravante é que nas últimas décadas muito se fez para garantir a ampliação do ensino de forma a abranger outras classes sociais, porém, fatores políticos tiveram grande interferência durante a fase de ampliação do ensino em todas as modalidades, incluindo a educação profissional. A título de exemplo, Beisiegel (2006)¹ descreve fatores atrelados a cenários políticos onde prevaleceram interesses de minorias durante a fase de ampliação e que podem estar contribuindo com a geração de problemas de permanência nos estabelecimentos de ensino.

Somado a isto, se por um lado a Lei 9.394 (BRASIL, 1996) veio trazer maior rigor e respaldo à educação como um dever da família e do Estado, trouxe consigo preocupações por parte das autoridades competentes e deste, pois, como afirma Queiroz (2000) aspectos sociais estão atrelados à evasão discente. Fica a impressão de que a lei citada respaldou a educação como um dever e, neste mesmo rumo, as instituições foram incentivadas a gerar vagas a todo vapor, porém, a estrutura econômica do país não caminha na mesma velocidade, criando abismos entre o mundo acadêmico e o mercado de trabalho, bem como colocando nos cursos técnicos alunos totalmente despreparados.

¹ Beisiegel (2006) avaliou quatro décadas da Educação Brasileira.

Portanto, com base no acompanhamento da evasão discente, percebe-se que este é um tema complexo que atinge o Sistema Educacional do país que se encontra diante de um grande desafio abrangendo toda a comunidade escolar, grandes pesquisadores, políticos e demais estudiosos sobre o assunto.

Atuando no Curso Técnico em Informática na ETEC² mencionada, desde 2006, ministrando disciplinas relacionadas a Bancos de Dados e Programação, venho acompanhando o processo de evasão dos alunos com base nos números de ingressantes e de concluintes. Posso dizer que este é um fenômeno considerado grave e soluções são exigidas por parte da equipe do Grupo de Supervisão Escolar³ junto às unidades do CEETEPS, de forma que este item faz parte da pauta de reunião de todas as reuniões da Área de Informática, porém, por mais que se tenha noção do porquê isto acontece, principalmente com base em conversas com alunos à beira da evasão e com a secretaria escolar para entender os motivos apontados, o motivo das perdas não fica claro, pois grande parte dos indivíduos não passa pela secretaria antes da evasão. Assim, a inquietação desta pesquisa foi despertada visando o entendimento dos reais motivos do abandono do curso Técnico em Informática na instituição.

Porém, antes do início da pesquisa foi feita uma varredura de forma a entender o que já foi produzido sobre evasão discente nos cursos técnicos e tecnológicos e as conclusões a que chegaram os autores, levantamento apresentado de forma resumida no Quadro 1.

² Independente de nomenclaturas anteriores, este trabalho adota como padrão esta sigla, pois se trata da sigla atualmente utilizada pelas Escolas Técnicas do CEETEPS.

³ O Grupo de Supervisão Escolar é um departamento da Unidade do Ensino Médio e Técnico responsável pela supervisão das Escolas Técnicas e sua organização se dá por meio de quatro áreas específicas: Gestão de Legislação e Informação; Gestão de Pessoas; Gestão de Vida Escolar e a Gestão Pedagógica.

Quadro 1 – Síntese do levantamento junto aos autores analisados.

Referência	Fonte	Objetivo Central	Resultados obtidos
Araújo (2012)	Artigo	Identificar fatores internos e externos que precisam ser analisados e remodelados para melhorar ambientes de aprendizagem visando reduzir a evasão.	Currículos inadequados ao mercado de trabalho, falta de ações pedagógicas em algumas disciplinas, carência de aulas práticas e de visitas técnicas foram motivos que geraram evasão discente.
Bonamino (2013)	Publicação	Mostrar quais foram as grandes ideias por trás das reformas educacionais das últimas décadas.	Amostragem das raízes que nortearam a educação no Brasil nas últimas décadas.
Bonfim (2012)	Dissertação	Analisar a educação de jovens e Adultos no PROEJA, buscando subsídios para a redução da evasão discente.	Afirma a dificuldade com algumas disciplinas do curso como pivô para a evasão.
Bruno e Abreu (2006)	Livro	Apresentar o papel do coordenador pedagógico na instituição.	Cita o coordenador pedagógico como alguém responsável por favorecer o processo de ensino aprendizagem no ambiente escolar mediando o saber e o saber fazer.
Bueno (1993)	Trabalho em evento	Apresentar as várias questões sociais e econômicas que levam os alunos a escolherem determinados cursos.	Toma a evasão como uma postura ativa do aluno que por decisão própria interrompe os estudos principalmente por falta de identificação com o curso.
Cravo (2012)	Artigo	Analisar os principais fatores que contribuíram para a evasão discente dos alunos ingressos nos anos de 2006 a 2009 no Curso Técnico em Informática da FATEC de Florianópolis.	Falta de identificação com o curso; horários incompatíveis, mudança de curso/cidade; doença; falta de nivelamento das turmas e preparação para o Vestibulinho.
Cunha e Col. (2001)	Publicação	Analisar os motivos da evasão do aluno do curso de Química da Universidade de Brasília com o objetivo de conhecer as razões que levaram os alunos ingressantes por vestibular, a saírem do curso antes da sua conclusão.	O autor procura saber do aluno evadido os reais motivos que alavancaram a evasão uma vez que neste caso são alunos universitários, portanto, com informações mais objetivas sobre suas decisões.
Detregiachi Filho (2012)	Tese	Identificar quais foram os fatores que conduziram os alunos da FATEC de Garça à evasão escolar alcançando o elevado índice de 50%.	Concluiu que os alunos encontraram problemas estruturais no sistema além das dificuldades relacionadas à educação profissional. O embate entre o subjetivo e o objetivo ressaltou contradições sociais que muitas vezes levaram à evasão discente. Concluiu que as principais

			dificuldades foram acadêmicas, mas que as financeiras e econômicas também tiveram grande peso no processo de evasão discente.
Gaioso (2005)	Dissertação	Mostrar que a maior parte dos problemas relacionados à evasão discente no ensino superior são provenientes de questões sociais.	Chama a atenção para os problemas sociais atrelados à evasão discente.
Johann (2012)	Dissertação	Analisar o número de alunos evadidos e investigar as possíveis causas da evasão.	Conclui que a evasão não está ligada somente a fatores econômicos e que a maior causa é a incompatibilidade dos estudos com o trabalho.
Lara (2011)	Dissertação	Conhecer as expectativas dos alunos ao ingressarem no EJA e o diagnóstico das causas do elevado índice de evasão escolar nas séries iniciais desta modalidade de ensino.	Necessidade de trabalhar é o principal motivo da evasão tanto em jovens quanto em adultos.
Machado (2009)	Dissertação	Analisar os fatores que explicam a evasão nos cursos de Agropecuária e Informática na modalidade de técnico concomitante ao médio da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes-MG.	Identificação da existência de uma realidade determinada por valores socioeconômicos apontando que os de menor renda optam pelo curso de Agropecuária e os de renda melhor optam pelo curso de Informática. No primeiro predomina o problema de falta de bagagem para acompanhar o curso e no segundo predomina a não identificação com o curso.
Machado e Col. (2005)	Artigo	Contribuir com as discussões sobre a formação do químico abordando sobre as causas e efeitos.	Execução de mudanças simples buscando sanar os principais problemas da evasão discente que na visão do autor são: desconhecimento do curso/carreira e falta de apoio para a entrada no mercado de trabalho.
Menezes e Santos (2001)	Publicação	Apresentar a filosofia da Reforma Capanema.	Conclui que a Reforma Capanema sugeriu instrumentos para o aumento da influência do governo na educação ao despertar a preocupação com a moral, o civismo e as responsabilidades, embutindo na educação os objetivos propostos pelo Estado Novo ⁴ .

⁴ Trata-se do regimento político brasileiro fundado por Getúlio Vargas em 1937, vigorando até 1945, caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e autoritarismo.

Moreira (2012)	Dissertação	Identificar os fatores que influenciaram a evasão escolar dos alunos dos cursos técnicos do PROEJA na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais.	Conclui que muitos abandonam por não poderem conciliar horários de estudos com o trabalho, por distância da escola, dificuldades financeiras, motivação para continuar, excesso de matérias e professores muito exigentes. Concluiu ainda que apesar das peculiaridades de cada um existe o problema estrutural do curso.
Oliveira (2003)	Periódico	Analisar o papel que o empresariado industrial reserva à educação profissional visando a consecução do seu projeto de desenvolvimento econômico.	Afirma que determinada parcela da elite econômica é responsável pela exclusão social, pois ao defender a educação como elemento fundamental para mudar o quadro do desemprego acaba por desconsiderar ações para garantir melhor distribuição de renda. Afirma que as políticas no Brasil não priorizam a geração de mais postos de trabalho.
Rocha (2011)	Dissertação	Conhecer os fatores relacionados ou não à prática pedagógica, que contribuem para a evasão escolar no sentido de colaborar para o projeto formativo do Instituto Federal do Ceará, visando reduzir a evasão e contribuir com as políticas públicas relacionadas ao EJA.	Fatores internos relacionados à instituição tiveram prevalência acentuada na evasão discente.
Snyders (1993)	Livro	Apresentar o quão prazeroso deveria ser encarar a escola.	Salienta que o tempo na escola não pode ser um momento onde educador e educando vivem à espera do término a fim de partirem risonhos para a vida lá fora, pois se assim for, a tristeza da escola termina por deteriorar a alegria de viver.
Yokota (2015)	Dissertação	Estudar a evasão nos cursos técnicos e técnicos integrados ao Ensino Médio e compreender as características desse processo na instituição	Problemas financeiros, deficiência na formação dos alunos, didática dos professores e falta de preparo das aulas.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos trabalhos analisados, 2016.

Analisando o Quadro 1, percebe-se que os problemas relacionados ao fenômeno são diversos e podem ser agrupados em três grandes eixos identificados que são: fatores pessoais, relacionados à instituição e políticos, porém, é importante relatar que no ensino profissional algumas variáveis como falta de identificação com o curso, dificuldades com algumas disciplinas e a administração de estudos e trabalho predominam com maior frequência se comparadas à educação regular.

A partir do Quadro 1, é possível inferir que o fenômeno pode ser dividido em dois grandes campos de pesquisa que são a evasão discente no ensino regular e a evasão discente no ensino profissional, uma vez que os motivos, apesar de apontarem algumas evidências, apontam também características distintas se comparadas às duas modalidades de ensino.

Apesar da importância de estudar o fenômeno de maneira geral, esta pesquisa levou em consideração o ensino profissional e foi realizada com a amostragem dos sujeitos que se evadiram do Curso Técnico em Informática com o objetivo de mapearmos as causas do problema e criarmos mecanismos para reduzi-lo.

De acordo com Araújo (2012) a evasão é dividida em fatores internos e externos à instituição. Assim sendo, ações serão necessárias em diferentes circunstâncias, uma vez que fatores externos fogem ao âmbito da instituição. Com relação aos objetivos específicos, pretende-se trabalhar diretamente com o aluno evadido visando levantar os reais motivos da decisão, chegando a dados mais concretos de forma a criar estratégias autênticas para enfrentar o problema.

Para efeito desta pesquisa serão considerados evadidos todos os alunos que ingressaram no curso pesquisado e, com exceção dos reprovados, não terminaram o curso a que se propuseram a fazer.

Após mapearmos os autores que servirão de base para a pesquisa, segue a apresentação do critério para a definição da amostragem; escolheu-se os alunos evadidos do Curso Técnico em Informática desde os ingressantes do 1º semestre de 2009, uma vez que a instituição iniciou suas atividades em 2006 e entende-se que nos primeiros anos é natural que a procura seja maior e a evasão discente menor devido ao entusiasmo com relação ao novo associado à carência de profissionais formados neste período; até o 2º semestre de 2014, uma vez que 2015 foi o ano de início deste trabalho e os dados de tal ano ainda não estavam totalmente fechados pela secretaria. Os dados de contato foram solicitados junto à secretaria da instituição para que, através de correspondência eletrônica, o pesquisador pudesse ter contato direto junto aos evadidos, de forma a eliminar possíveis distorções ocorridas ao inserir mais sujeitos na pesquisa.

O processamento dos dados coletados, assim como o tratamento estatístico permitiram a busca de informações relevantes e que manifestam, de forma clara, as possíveis causas para o problema da evasão discente no curso pesquisado.

No âmbito quantitativo, realizamos a coleta dos dados de identificação e, a partir destes foram feitos contatos com os respondentes, mapeando os participantes e propondo a eles a oferta de um questionário eletrônico para a coleta das informações.

Posteriormente, tais dados coletados foram processados e receberam tratamento estatístico permitindo a análise em busca de informações que apresentem as possíveis causas para o problema em questão. De acordo com a observação dos dados e analisando o perfil dos sujeitos, buscamos estabelecer uma correlação entre as pesquisas já realizadas por outros autores, permitindo a geração de um referencial teórico que possa sustentar academicamente as evasões, possivelmente agrupadas pelos três eixos acima citados (problemas pessoais, relacionados à instituição e políticos).

1.1-Estrutura dos capítulos

O primeiro capítulo traz uma visão geral sobre a evasão discente, tendendo ao ensino técnico e tecnológico; apresenta o referencial teórico adotado, bem como relatos baseados na experiência devido à atuação como docente no curso pesquisado e situa a evasão basicamente em três eixos.

O segundo capítulo discorre sobre a origem dos cursos profissionalizantes no Brasil, no que tange às suas demandas, legislação, demanda de aprimoramento profissional, técnico e tecnológico que deram origem aos cursos técnicos e tecnológicos, os avanços desta modalidade de ensino, bem como a importância do Centro Paula Souza para a Educação Técnica e Tecnológica. Discorre ainda sobre o caráter assistencialista inicial da educação profissional no país, bem como as diferentes fases de expansão.

O terceiro capítulo coloca a ETEC pesquisada em questão, caracterizando o município onde a instituição está inserida; traz um mapeamento geral dos cursos oferecidos, bem como o perfil de cada um e termina dando ênfase ao maior detalhamento junto ao perfil do curso pesquisado.

O quarto capítulo elabora uma análise estatística sobre os dados coletados permitindo o diagnóstico em busca de informações que possam desobscurecer as possíveis causas deste fenômeno. Visa, num momento posterior, estabelecer uma correlação entre as pesquisas já

realizadas por outros autores, buscando um referencial que possa sustentar o embasamento teórico que indique as possíveis perdas, influenciadas por fatores internos e externos à instituição.

2 – SOBRE A EVASÃO ESCOLAR

Antes de adentrar ao tema propriamente dito, é preciso lembrar que o autor deste trabalho entende que há alguns pilares de sustentação que movem o desejo do cidadão em frequentar determinado curso numa instituição de ensino, que são: a própria sociedade que exige elevação de nível cultural e profissional, a família que cria imensa expectativa em relação ao sucesso do aluno, e assim pode contribuir positivamente em benefício de seus estudos; a própria instituição de ensino que encontra sua razão de existir devido à procura do aluno e, portanto, deve trabalhar em função dele. Dessa forma, quando um discente abandona um curso toda a expectativa gerada pela escola, pelos pais e pela própria sociedade é interrompida bruscamente, o que, além das consequências pessoais, fere os princípios norteadores do Sistema Educacional Brasileiro estruturado de forma a garantir o acesso democratizado à educação. Portanto, o objetivo deste capítulo é apresentar um panorama da evasão discente tendendo ao detalhamento junto aos cursos técnicos, mostrando uma visão clara do contraste entre um mercado de trabalho cada vez mais necessitado de profissionais e, por outro lado, o aluno que, mesmo sabendo das possibilidades que a formação lhe trará com relação à entrada neste mercado, acaba muitas vezes por não concluir o curso.

Nesta linha de raciocínio, é importante ressaltar que, além do próprio desejo de satisfação dos atores acima citados, há a necessidade de se qualificar profissionalmente para atender as transformações sociais e econômicas atuais, o que está fazendo com que os próprios sistemas educacionais passem por sérias reestruturações. Como afirma Oliveira (2003), as grandes transformações sociais e econômicas estão gerando a necessidade de repensar a escola visando o atendimento a estas novas adequações, uma vez que garantir o direito à educação não se resume a prover matrícula, mas assegurar meios capazes de proporcionar aos alunos condições de permanência, aprendizagem e conclusão, atingindo os objetivos anteriormente mencionados. Entretanto, o que se observa no cotidiano da ETEC é que diversos alunos vão aos poucos abandonando a escola, por vários motivos, e com relação às ações no combate à evasão discente por parte da instituição, nota-se deficiência devido à escola não ter meios eficazes por questões, por exemplo, de sobrecarga burocrática por parte da coordenação de curso que vê seu tempo utilizado em outros aspectos quando deveria aproveitá-lo para um trabalho de apoio psicológico junto aos alunos à beira da evasão.

Podemos afirmar que a fragilidade principalmente relacionada às condições de permanência, associadas à qualidade estão atuando como uma das variáveis atreladas à evasão

discente que, trata-se de um fenômeno complexo que ocorre em todos os níveis educacionais e para aumentar tal complexidade, até mesmo a definição do tema pode abrir um leque para várias interpretações. Sendo assim, foram feitas várias pesquisas em busca de definições para o fenômeno, como relatado a seguir.

Bueno (1993) define evasão discente como uma postura ativa do aluno que decide desligar-se por sua própria responsabilidade. Durante uma década atuando na área de informática como docente na instituição pesquisada, tenho tido a oportunidade de dialogar com alunos à beira do fenômeno e posso concluir que normalmente existem fatores tanto internos quanto externos à instituição que influenciam na sua decisão, discordando, portanto, do fato de tratar de uma postura ativa do aluno. O que se conclui na análise deste autor é a atuação junto a discentes universitários com maior clareza e objetividade quanto a suas decisões, o que nem sempre ocorre nas demais etapas da educação.

Gaioso (2005) afirma ser um fenômeno social complexo, definido como uma interrupção no ciclo de estudos. Neste caso, há de concordar com o autor quando a define como um fenômeno complexo; porém, atuando na ETEC, percebe-se que não se trata somente de um fenômeno social e sim, como afirmado anteriormente, da presença notória também de fatores internos relacionados ao processo.

Menezes e Santos (2001) relacionam a evasão com abandono, porém, convenhamos que independente de ser evasão ou abandono, nos dois casos o aluno está indo para a escola e por algum ou vários motivos não está concluindo os estudos, situação que precisa ser investigada, pois trazendo para o ensino técnico das ETECs, as instituições possuem ótima infraestrutura, capacitações são disponibilizadas frequentemente aos docentes com todas as despesas pagas pelo CEETEPS e ainda existe plano de carreira docente de forma a motivá-los e, mesmo assim, a evasão e ou abandono é altíssimo, situação que precisa ser investigada a fundo.

Bruno e Abreu (2006) têm outra visão, apontando que quando um aluno abandona a escola é porque a escola já o abandonou há tempo, ou seja, o fracasso já foi produzido e a evasão é apenas o momento em que ele se manifesta, se transformando em mais um número. O histórico vivido na ETEC aponta que a instituição não se omite diante do fenômeno, ações já acontecem no combate à evasão discente; o que pode estar acontecendo é que os pontos chave podem não estar sendo trabalhados, por questões como: falta de mecanismos para identificá-los e também por fatores que fogem do domínio da instituição.

O conjunto de produções analisadas sugere que, com relação à evasão discente vista de forma geral, ou seja, em todas as modalidades de curso, ocorre por inúmeros fatores e, que os

fatores relacionados ao ensino regular diferenciam-se dos fatores encontrados junto ao ensino profissional, pois, no ensino regular fatores como falta de motivação para encarar a escola todos os dias, predominam, como aponta Snyders (1993) quando afirma que a escola é triste e está condenada a ser triste, e Bôas Filho (2001) complementa afirmando que na escola ensinam tudo sobre fogo, panelas, ingredientes, reações e transformações, mas em nenhum lugar ensinam sobre a maravilhosa arte de degustar.

Fechando o tema junto ao ensino profissional, mediante análise dos fatores anteriormente citados junto ao comportamento dos alunos da ETEC pesquisada, surgiu a motivação para esta pesquisa; sendo assim, foram realizados levantamentos com relação ao ensino profissional em diversas modalidades de curso, bem como em diferentes regiões do Brasil almejando entender os possíveis fatores que mais contribuem para o processo de evasão discente nesta modalidade de ensino.

Foram analisadas dissertações, teses, artigos, monografias e demais documentos relacionados ao assunto e, visando o melhor entendimento, foram feitos agrupamentos entre autores que defendem o mesmo ponto de vista, como é o caso de Johann (2012), que efetuou sua pesquisa junto aos Cursos Técnicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Riograndense, Campus Passo Fundo; Moreira (2012), o qual pesquisou a evasão discente junto aos Cursos Técnicos do Programa Nacional de Integração de Jovens e Adultos (PROEJA) na rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais, e Lara (2011), que pesquisou a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Cárceres – MT e salientam que a evasão discente não está ligada somente a fatores econômicos e que a maior causa é a incompatibilidade aos estudos com o trabalho.

Moreira (2012) atuou junto à evasão discente no Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e afirma que muitos alunos do Curso Técnico da Rede Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais evadiram principalmente devido à baixa renda da família, a qual os obrigou a abandonar os estudos para adentrarem no mercado de trabalho de forma antecipada, sem uma formação profissional ou de nível médio concluída. O histórico da evasão discente no Curso de Informática da ETEC pesquisada aponta a necessidade de trabalhar como um dos grandes problemas, pois, em 2006 o referido curso foi implantado no período vespertino e noturno, porém, no período vespertino o curso já não é mais oferecido desde o segundo semestre de 2009, de acordo com o Banco de Dados da Cetec (2016), pois além da evasão discente ser maior no período da tarde, a procura sempre foi bem menor se comparada à do noturno.

Além de compartilhar dos mesmos motivos já citados, Lara (2011) acrescenta ainda que a distância da escola, a falta de motivação e/ou orientação da instituição, o excesso de matérias, professores muito exigentes e problemas estruturais dos cursos também levam à evasão discente, mesma postura tomada por Rocha (2011) em seu estudo, que relata o panorama dos Cursos de Nível Médio Integrados à Formação Profissional – EJA do Instituto Federal do Ceará, Campus Fortaleza. Trazendo para a realidade da instituição analisada, Bebedouro coloca-se como uma cidade de aproximadamente 80.000 habitantes e dispõe de uma única unidade da ETEC, porém, com as grandes adequações com relação a transporte podemos dizer que são raros os casos de evasão discente por questões de distância da escola, mas, em conversas com alunos nota-se a questão de professores bastante exigentes juntamente com o problema da falta de motivação, uma vez que pelo porte da cidade não são oferecidas muitas vagas de emprego na área de informática apesar de ser um mercado em expansão; portanto, deficiências foram notadas na instituição com relação à orientação quanto ao leque de possibilidades junto à macrorregião.

Além dos problemas anteriormente mencionados existem vários outros como os elencados por Araújo (2012), que trabalhou junto ao Ensino Profissionalizante e afirma que currículo inadequado, ocultação da demanda de emprego na área do aluno, falta de envolvimento docente, falta de aulas práticas e de visitas técnicas, falta de parcerias e convênios com empresas para o estímulo da aprendizagem são vistos como responsáveis pela evasão discente. Dentre os fatores mencionados por Araújo (2012), podemos elencar alguns lapsos ocorridos na instituição como a desmotivação docente gerando falta de envolvimento de alguns docentes até pelo fato de terem outra fonte renda, juntamente com questões de alinhamento do currículo que apesar das constantes atualizações curriculares pelas quais passa o curso, na instituição sempre foram notados problemas relacionados a professores especialistas em determinadas áreas aplicando a bagagem adquirida que nem sempre atendia à demanda de empregabilidade local.

De forma a trazermos o levantamento junto à área de informática que é o foco deste trabalho, temos a pesquisa elaborada por Bonfim (2012) junto ao curso Técnico em Informática, que pesquisou a evasão discente no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) no Instituto Federal Baiano, mais precisamente no Campus de Guanambi e afirma que a dificuldade relacionada a determinadas disciplinas do Curso Técnico em Informática é uma das causas que leva muitos alunos à desistência. Realmente o caso de dificuldade quanto a algumas disciplinas relacionadas ao Curso Técnico em Informática da

ETEC pesquisada sempre se fizeram presentes até pelo fato de exigirem alto grau de raciocínio lógico em matérias relacionadas à programação e cálculos matemáticos em matérias que envolvem Bancos de Dados. Algumas deficiências puderam ser notadas com relação à organização de monitorias e aulas de reforço até por questões de disponibilidade e responsabilidade de monitores em horários extras.

Outro trabalho bastante relevante foi elaborado por Cravo (2012) também junto ao Curso Técnico em Informática da Faculdade de Tecnologia de Florianópolis, onde a autora analisou a documentação da Instituição de Ensino visando entender os principais motivos que levaram os alunos ingressantes desde 2006 a 2009 a evadirem e aponta como principais motivos a falta de identificação com o curso, horários incompatíveis, dificuldades de aprendizagem, mudança de curso, mudança de cidade, doença, falta de nivelamento das turmas e desistência visando à preparação para os vestibulares. Podemos afirmar que a unidade pesquisada possui casos de evasão discente que contempla todos os casos colocados por Cravo (2012) e que, na maior parte deles, ações no combate estão fora da alçada da mesma, porém, o caso de falta de identificação com o curso, fica um pouco a desejar, uma vez que abrir os olhos do aluno para a realidade do curso tem seu lado positivo, visto que, nas duas primeiras semanas de aula, caso ele desista, ainda dá para acionar a lista de espera, mas quando temos uma procura bastante baixa pelo curso a instituição fica sem muitas opções.

Tendendo a trabalhos realizados junto ao Curso Técnico em Informática e mais precisamente elaborado dentro de uma das unidades do CEETPS, vem a pesquisa elaborada por Detregiachi Filho (2012) numa unidade de ensino de Garça e posiciona o leitor para o problema da evasão discente junto ao CEETEPS. De acordo com o autor que analisou a Faculdade de Tecnologia de Garça, problemas estruturais, dificuldades relacionadas à educação profissional e contradições sociais muitas vezes levam à evasão discente e apontou ainda que, apesar das principais dificuldades serem acadêmicas, as condições financeiras e/ou econômicas também pesam no processo.

Estudando o perfil dos alunos interessados no Vestibulinho da ETEC, nota-se a procura de pessoas que não tiveram a oportunidade de estudar na idade adequada e que buscam o curso visando se ingressar no mercado de trabalho ou até mesmo melhorar o salário dos que já estão em situação economicamente ativa, diferentemente do alunado do ensino regular que normalmente é composto por jovens preocupados no ingresso na modalidade superior.

Outro trabalho analisado foi a pesquisa de Yokota (2015) junto aos cursos técnicos na ETEC Jorge Street, onde a autora conclui que problemas financeiros, deficiências na

formação dos alunos, na didática dos professores e falta de preparação das aulas são fatores que mais levam à evasão discente junto aos cursos pesquisados. Outro fator bastante importante a ser notado pela autora é a percepção de que os alunos param de estudar ao conseguir um trabalho na área, atitude alavancada pela própria estruturação dos cursos técnicos que permitem saídas intermediárias. Notadamente ocorrem situações em que o aluno consegue emprego já no primeiro semestre de curso e o abandona; neste caso, a experiência aponta que a própria fragilidade dos cursos técnicos e mais precisamente do curso pesquisado pode estar incentivando a evasão escolar na tentativa de colocação de forma muito rápida dos alunos no mercado de trabalho.

Não podemos nos esquecer de que há outros pilares que podem estar auxiliando na evasão discente, um deles será mostrado no capítulo seguinte e defende que os cursos técnicos possuem uma história marcada por várias legislações e decretos, que deram a devida solidez a esta modalidade de ensino e, concomitantemente, os governantes procuraram trabalhar de forma a democratizar o acesso à educação; porém, este mesmo acesso não está garantindo a permanência do aluno, como afirma Lopes (2006) quando salienta que muito se faz para conquistar alunos, mas pouco está sendo feito no sentido de reter e aumentar a satisfação dos atuais. Neste sentido, notei alguns interesses políticos na implantação de novas unidades de escolas técnicas como foi o caso da expansão ocorrida entre os anos de 2006 a 2015 quando 93 novas unidades foram implantadas de acordo com dados do site do próprio CEETEPS⁵, sendo que algumas nasceram em cidades muito próximas e oferecendo o mesmo curso, situações que acabam muito mais por prejudicar a procura e até a permanência, uma vez que alunos sem nenhuma afinidade podem estar ingressando nos cursos; portanto, a fala de Lopes (2006) tem muito sentido quando ressalta a grande preocupação em conquistar alunos e a pequena preocupação com a manutenção dos mesmos.

Durante quase um século a educação profissional se viu prejudicada por ser vista como educação para o trabalho, sem muita perspectiva de continuidade e automaticamente relegada às classes sociais menos favorecidas, fator que exigiu das autoridades públicas muita luta no sentido de ampliar esta modalidade de ensino e ao mesmo tempo assegurar o estreitamento entre a relação educação/trabalho, que apesar de ter sido minimizado, ainda se mostra deficiente, como afirma Bonamino (2013), quando salienta que tal relação é relegada pelas sociedades elitistas e que este fator também pode estar interferindo tanto na escolha da modalidade de ensino profissional pelo jovem bem como na sua permanência.

⁵ Os números do crescimento estão disponíveis no sítio do CEETEPS e podem ser encontrados no seguinte link: <https://goo.gl/G0kFC9>.

Concluindo, com base na análise do levantamento anterior, é possível visualizar que os problemas relacionados à evasão discente são inúmeros e, basicamente situam-se em torno de três eixos centrais que são: problemas pessoais, problemas relacionados à instituição e problemas políticos. Dentre os problemas pessoais podemos destacar a trajetória escolar do aluno, aspectos que despertam sua motivação, problemas culturais e familiares, sua estrutura psicogenética, seus recursos, competências e habilidades; dentre os problemas relacionados à instituição podemos destacar questões didáticas e a motivação docente e dentre os problemas políticos podemos citar as questões de cunho econômico que interferem na permanência do aluno no curso.

2.1-A evasão discente pelo ângulo das ETECs

Trazendo o assunto para as ETECs, além da pesquisa buscando mapear o que já se produziu com relação à evasão discente no ensino técnico, foi pesquisado ainda o que o CEETEPS entende como evasão discente. Buscas foram feitas junto a documentos importantes de uso interno do CEETEPS, porém nenhuma definição foi encontrada; foi encaminhado um e-mail para o canal de comunicação do CEETEPS no dia 16 de outubro buscando esclarecimentos, porém não foi obtido nenhum retorno; seguiu-se em busca da definição junto aos trabalhos de Detregiachi Filho (2012) e de Yokota (2015), autores que trabalharam a evasão discente junto a duas unidades do próprio CEETEPS, porém, nenhuma definição foi encontrada.

Junto ao Regimento Comum das ETECs⁶ (CEETEPS, 2014), no artigo 57 foi encontrada a seguinte definição: “perderá a vaga, em qualquer série ou módulo em que estiver matriculado, o aluno que se ausentar da escola por 15 dias consecutivos, sem justificativa, independentemente da época em que ocorrer”. Em complemento ao artigo, vale lembrar que sempre que um aluno cai nesta situação automaticamente ele é desligado do curso pela secretaria.

Nas ETECs, o fenômeno da evasão discente já foi percebido pela maioria das unidades, o que levou os gestores a concluírem que além dos fatores anteriormente mencionados, outras variáveis estão envolvidas sendo algumas de ordem pessoal, como a mudança de cidade, outras relacionadas à instituição como a qualidade dos cursos oferecidos, a falta de identificação com o curso, dificuldades com algumas disciplinas e os fatores de

⁶ Documento que dita regras gerais aplicáveis a todas as Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS. Disponível em: <<http://goo.gl/drTquI>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

ordem política como a necessidade de deixar o curso para complementar a renda familiar (PLANO PLURIANUAL DE GESTÃO, 2015). Em todas as hipóteses colocadas pelo documento no parágrafo anterior, mesmo que as instituições demonstrem grande preocupação com o fenômeno, poucos são os resultados apresentados visando amenizar as ocorrências, uma vez que as variáveis envolvidas são inúmeras.

Na instituição a que esta pesquisa se refere, o documento anteriormente mencionado elaborado em 2015 teve como tema central ações no combate à evasão nos cursos técnicos com base em números levantados junto a duas grandes fontes de informações que são os dados coletados na secretaria juntamente com as informações colhidas via WebSai (2014)⁷, uma importante ferramenta que visa acompanhar de perto, por meio de um feedback, as reais situações dos cursos técnicos objetivando tomar as devidas atitudes. Este relevante indicador de pesquisa traz, por meio de gráficos e tabelas, um panorama das principais dificuldades apontadas pelos alunos, sendo que a elaboração do documento anteriormente mencionado teve como alvo o combate à evasão no Curso Técnico em Informática, considerou-se essencial apresentar a Tabela 1 com o detalhamento das principais dificuldades relacionadas às disciplinas do curso em questão.

Tabela 1 – Principais dificuldades encontradas junto às disciplinas do curso.

Disciplinas de maior e menor aprendizagem	Total de citações das razões	%
Razão		
Falta clareza na exposição do professor	30	18,99
Não gosto da disciplina	23	14,56
Não tenho base suficiente	18	11,39
Exige muito tempo de estudo	17	10,76
Falta motivação ao professor	11	6,96
Exige muito trabalho extraclasse	9	5,70
Julgo que o conteúdo não é importante para minha formação profissional	9	5,70
Há pouco equipamento para muitos alunos	9	5,70
Falta preparo nas aulas	9	5,70
Há equipamentos que não funcionam	8	5,06
Não há relação entre o que é ensinado e a prática	7	4,43
O que o professor cobra não coincide com o que foi ensinado	5	3,16
O professor é especialista em outra área	3	1,90

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do WebSai, 2015.

⁷ O WebSAI é uma avaliação feita anualmente em todas as escolas técnicas estaduais (Etecs) e Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo (Fatecs) por meio da coleta de informações de alunos, professores, funcionários, pais de alunos (Etecs), equipes de direção e egressos. Essas informações são utilizadas pela área de Avaliação Institucional do Centro Paula Souza, responsável pelo WebSAI, para analisar os processos de funcionamento das unidades de ensino, seus resultados e o impacto na realidade social em que a instituição se insere. Trata-se de documento interno à instituição disponível para consulta.

A análise da Tabela 1 é restrita às dificuldades relacionadas às disciplinas do curso, e mostra que, mesmo dentro de um item, um leque gigantesco de possibilidades pode levar o aluno à evasão. Sendo assim, podemos concluir que as razões que levam os alunos a evadirem são diversas, algumas predominando com maior frequência do que outras e que muitas delas são as mesmas citadas por autores do levantamento anterior. Em especial, quando se fala do Curso Técnico em Informática, fatores relacionados às dificuldades com algumas disciplinas como visto na tabela, carência de aulas práticas e fatores relacionados a equipamentos também se fazem presentes.

2.2-Os rastros da evasão discente

A evasão discente traz consigo uma série de danos em vários âmbitos como afirmam Cunha, Tunes e Silva (2001): perde o aluno ao não se diplomar, perde o professor que não se realiza como educador, a instituição, a família, a sociedade e o país que olha para o futuro e espera pacientemente.

Além da gama de consequências oriundas do processo de evasão discente que são inúmeras, independentemente da modalidade de curso, vê-se ainda a perda de recursos econômicos de maneira geral e mais acentuada em cursos que envolvem grandes investimentos em equipamentos e infraestrutura, pois, nestes casos, os prejuízos causados são ainda maiores, uma vez que, além dos recursos humanos, há os recursos materiais mobilizados. De acordo com dados do WebSai (2008), o custo anual por aluno para as escolas do CEETEPS para este ano foi de R\$ 3.364,32. Tomando o exemplo do Curso Técnico em Informática onde praticamente 80% das aulas são práticas, além de professores, funcionários, espaço físico e infraestrutura, laboratórios também são requeridos até mesmo como pré-requisito para a liberação do curso. Portanto, todos os recursos anteriormente descritos são projetados de forma a atender salas com 40 alunos e, quando há evasão, basicamente é gasto o mesmo montante para manter tudo funcionando. Tomando por base o custo citado, numa sala de 40 alunos, cada vez que um aluno se evade, os que ficam custam em média R\$ 112,14 a mais.

Machado, Melo Filho e Pinto (2005) atentam para outro fator importante com relação ao ângulo financeiro quando afirmam que todo esforço deve ser feito para manter o estudante no curso, uma vez que uma vaga não usada é uma despesa gigantesca para um país como o Brasil, com muitas prioridades que, por falta de recursos, não são atendidas.

Além dos prejuízos financeiros, voltados ao poder público de forma geral; a maior perda é do próprio aluno, uma vez que fica exposto a todo e qualquer tipo de vulnerabilidade social, atingindo assim o plano moral, humano e social do indivíduo, que podem tatuar traços pelo resto da vida produzindo no sujeito um sentimento de fracasso, independentemente do nível escolar em que esteja, pois, ao evadir-se da escola, ele vê frustradas suas expectativas iniciais (MACHADO, 2009).

2.3-Conclusão

Durante o tempo de atuação na ETEC pesquisada puder notar uma série de fatores que sempre se colocaram como eixos motrizes do processo, fatores que relacionarei classificando-os dentro de cada um dos três eixos citados: partindo dos problemas relacionados a questões políticas visualiza-se situações atreladas a políticas governamentais mais voltadas a beneficiar partidos do que alunos como foi o caso da expansão desordenada ocorrida entre 2006 a 2011 aproximadamente onde o número de unidades de ensino técnico cresceu perto de 68%, sem estudos mais apurados buscando as reais necessidades de tais unidades e até mesmo de determinados cursos, sem nenhuma preocupação com a geração de vagas de emprego para abrigar os futuros profissionais.

Partindo para o eixo dos problemas relacionados à instituição presenciei inúmeras situações onde a própria instituição se esforçou para a criação de novos cursos na área do curso pesquisado, mas, principalmente por falta de motivação docente nenhuma ação foi concretizada. Portanto, é preciso entender quais são os reais motivos de tanta desmotivação docente e ao mesmo tempo criar meios para que o professor se decida com relação a qual carreira seguir.

Com relação aos problemas de cunho pessoal, salvo os problemas em que não se tem realmente uma solução imediata, que são a minoria, nos demais casos é preciso que os jovens tomem ciência dos seus deveres na mesma proporção dos seus direitos e que tenham a visão de que cabe a eles escreverem suas histórias, pois se visam um futuro melhor são eles quem tem que arregaçar as mangas ir à luta. Se preparar para o mercado de trabalho cada vez mais competitivo é um dos maiores deveres de todo cidadão.

Sendo assim, cruzando as definições de evasão, os dados do levantamento realizado em diferentes modalidades de curso bem como em várias regiões do país, a bagagem adquirida durante o tempo de atuação na unidade pesquisada e as consequências causadas pela

evasão discente, percebe-se que se trata de um fenômeno bem mais complexo do que se imagina e que há urgência de pesquisas visando identificar quais variáveis mais pesam no processo, principalmente relacionadas ao ensino técnico e tecnológico, de forma a criar estratégias para ao menos amenizar as ocorrências.

3 – HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ATÉ OS DIAS ATUAIS

3.1-No Brasil

Visando o entendimento da evolução da educação profissional desde o surgimento até os dias atuais, foram realizadas buscas junto à literatura e concluiu-se que ela tem seu marco inicial junto aos índios, pois foram eles os primeiros detentores desta modalidade de ensino, momento em que os conhecimentos eram repassados entre gerações, como relatado por Manfredi (2002) quando afirma se tratar de um processo integrador de “saberes” e “fazeres” a partir do exercício de várias atividades necessárias para a sobrevivência em comunidade onde desenvolvia-se artes e ofícios como a tecelagem, a cerâmica, a criação de artefatos de guerra, bem como técnicas de cultivo da terra e produção de medicamentos. Repetições, observações e aprendizagem pelo convívio eram as únicas formas de ensinamento existentes; não se fazia distinção entre trabalho e educação, até mesmo porque na convivência em tribos não havia a ideia de classificação social e sim uma espécie de aprendizado enquanto se produzia os itens básicos à sobrevivência. Saviani (2007) atenta que era responsabilidade da educação a formação do novo trabalhador assegurando que a passagem se desse de forma gradual e segura, evitando-se eventuais prejuízos aos proprietários de terra e escravos que dominavam a economia do país.

A partir desta época que podemos denominar ser o início da educação profissional para além das tribos indígenas nota-se o despontar da ideia de discriminação desta modalidade de ensino como afirma Santos (2000) quando diz que a intenção era na época ensinar ofício às crianças e aos jovens que não tivessem, na sociedade, outra opção como ocorria com órfãos e desvalidos que eram internados em Arsenais Militares e da Marinha e colocados para trabalhar como artífices.

Rumo à estruturação desta modalidade de ensino encontra-se na literatura alguns empecilhos, como a precariedade de recursos principalmente relacionados às metodologias e a resistência da coroa Portuguesa, a qual era contrária à industrialização do Brasil, emperrando o desenvolvimento tecnológico do país como afirma o Alvará de Proibição das Fábricas (1785) quando relata que o Brasil era fértil e que os habitantes tinham tudo o que necessitavam por meio da cultura, além de artigos importantíssimos para fazerem o comércio e a navegação e que se ocorresse o surgimento das indústrias ficariam totalmente desobrigados de Portugal.

Em 1808 dada a escassez de mão de obra juntamente com a vinda de D. João VI para o Brasil, foi criado o Colégio das Fábricas, considerado o primeiro estabelecimento feito pelo poder público visando sanar a deficiência de mão de obra e dar alguma solidez ao ensino profissional. Como afirma Oliveira Júnior (2007), a criação do Colégio das Fábricas no Rio de Janeiro pode ser vista como o primeiro ato efetivo rumo à profissionalização do trabalhador brasileiro.

Na sequência dos acontecimentos veio a Proclamação da Independência em 1822 que apesar de trazer o peso da criação de leis para regular a educação de forma geral, parece ter ficado esquecido novamente o ensino profissionalizante de forma que o contraste entre ensino somente para as elites e demais excluídos ainda continuava. Somente em 1889, com a Proclamação da República, surgiram atitudes mais concretas visando melhorar a educação profissional como foi o caso dos Liceus – que eram colégios onde o aluno podia escolher a ordem e a quantidade de disciplinas que cursaria ao mesmo tempo, porém, como salienta Almeida (2000) eram colégios que conservavam um caráter inorgânico, apenas com aulas reunidas num mesmo espaço; o autor acrescenta ainda a necessidade urgente de reforma visando dar ao ensino uma unidade de ação.

Surge a cafeicultura e, assim, o princípio da industrialização e junto com ela, o processo de urbanização, o que demandava um novo perfil de formação de pessoal, agora para a ocupação de cargos no funcionalismo público e outros envolvidos com a política, com formação para o pessoal da elite e que não condizia com a oferta limitada de formação oferecida na época.

Em 1906 o governador do Rio de Janeiro Nilo Peçanha, através do Decreto nº 787 (RIO DE JANEIRO, 1906), de 11 de setembro de 1906 criou quatro escolas técnicas neste estado situadas em: Campos, Petrópolis, Niterói e Paraíba do Sul, sendo as três primeiras para o ensino de ofícios e a última destinada à aprendizagem agrícola, dando início ao ensino técnico formal no Brasil.

Em 1909, através do Decreto nº 7.566 (RIO DE JANEIRO, 1909) formalizado em 23 de setembro deste ano a educação profissional passa a ser responsabilidade do Estado, dando-se assim a expansão da rede mediante a criação em vários estados das “Escolas de Aprendizes Artífices” voltadas ao ensino profissional e gratuito, e comandadas pelo Ministério dos Negócios, Agricultura e Comércio. Apesar de várias tentativas de corte do “cordão umbilical” com o assistencialismo, mais uma vez ele prevalece, pois, o acesso era preferencial aos desprovidos de recursos. Cunha (2005) afirma que a finalidade dessas escolas era a formação de operários e contramestres, mediante ensino prático e conhecimentos técnicos necessários

aos menores que pretendessem aprender um ofício em oficinas de trabalho manual ou mecânico que forem mais convenientes e necessários ao estado em que funcionar a escola, consultadas, quando possível, as especialidades das indústrias locais.

Porém, mesmo com as tentativas de melhoria no Ensino Profissional, a partir desta época alguns problemas persistiram como: as escolas ficavam às vezes em prédios inadequados, faltavam profissionais com qualificação e especialização de forma que o ensino deixava muito a desejar. Santos (2000) afirma que a evasão discente desta época era de quase 50% onde de 2.118 matrículas em 1.910, somente 1.248 alunos frequentavam as aulas.

Na sequência dos acontecimentos surge a Primeira Guerra Mundial como um marco importante para o sistema de ensino do país, uma vez que até então era altamente agrário e importador de insumos. Nessa fase, as importações ficaram mais difíceis e o país se viu obrigado a prover mão de obra profissional de forma a produzir internamente muito do que era anteriormente importado. Porém, neste mesmo momento surge a burguesia urbana que passa a exigir uma educação mais refinada voltada para a elite que resultava do surto industrial proveniente da redução das importações e da nacionalização da economia, surgindo novamente o desprestígio com a educação de nível técnico.

E, assim, o ensino se arrasta por mais de duas décadas; somente com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, na década de 30, ocorreram mudanças mais vultosas no ensino profissional, devido à supervisão das escolas de Aprendizes e Artífices ser responsabilidade agora deste Ministério. Em 05 de janeiro de 1931 foi criado, através do Decreto nº 19.560 (RIO DE JANEIRO, 1931), a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico com a responsabilidade de orientar e fiscalizar as ações do ensino profissional.

Com a Constituição de 1937 essa modalidade de ensino ganha força quando obriga empresas e sindicatos a organizarem as escolas de aprendizes e, assim, tende a eliminar o cunho assistencialista deste tipo de educação, apesar de ainda ver o ensino profissional como educação finalizada para o trabalho e, com isso, minguar as possibilidades de continuação dos estudos. O trecho abaixo foi tirado do artigo 129 da Constituição de 1937 e afirma:

À infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais. O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumprir a execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento

desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público (BRASIL, 1937).

Durante a era Vargas (1930-1945) foi realizada grande reforma no Sistema Educacional Brasileiro, que, embora atingisse todas as áreas da educação, foi na educação secundária que teve maior impacto. SCHWARTZMAN e outros (1984) afirmam que o sistema educacional proposto pelo ministro Gustavo Capanema correspondia à divisão econômica e social do trabalho.

A educação teria como foco o desenvolvimento de habilidades e mentalidades de acordo com os papéis atribuídos às diversas classes ou categorias sociais. Teríamos assim a educação para a elite da elite, para a elite urbana, para os jovens que comporiam o exército de trabalhadores para a riqueza da nação e outra para as mulheres, lembrando que a educação deveria estar a serviço da nação.

Nesta fase chamada de “Estado Novo” havia preocupação com a moral, civismo e com as responsabilidades, onde a autoimagem do brasileiro, juntamente com a criação de uma identidade nacional, eram os focos. Apesar de ser uma época da educação voltada para a nação, foi também uma época em que o Ministério da Educação aprovou a criação de uma série de órgãos, como: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Instituto Nacional de Serviços Pedagógicos (INEP) e o Serviço Nacional de Rádio Educativa.

Posteriormente foram criados outros serviços como: Serviço Nacional de Agricultura (SENAR), Serviço Nacional de Transportes (SENAT), formando o chamado “Sistema S” que hoje é composto ainda por outros serviços como: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Social do Transporte (SEST) e os já citados anteriormente.

Podemos afirmar que as leis surgidas com a Reforma Capanema deram forma à Educação Brasileira, classificando-a em basicamente dois níveis, um voltado aos intelectuais e outro aos trabalhadores. Novos e diversificados cursos profissionalizantes surgiram a partir destas leis, porém, sempre voltados àqueles que não pretendiam seguir carreiras universitárias. Kuenzer (2007) afirma que a formação dos trabalhadores no Brasil sempre se fez com certa dualidade de estrutura, deixando nítida a divisão entre elite e trabalhadores e que a única vantagem da reforma Capanema foi a criação de cursos em nível de 2º ciclo, chamados de cursos colegiais, os quais abriam as portas para o ensino superior, uma vez que os cursos complementares existentes até então (por volta de 1932), não permitiam tal acesso.

O Decreto nº 4.073 (BRASIL, 1942) de 30 de janeiro de 1942, basicamente dividiu a responsabilidade do Ensino Industrial entre duas vertentes, uma administrada pelas empresas e outra pelo Ministério da Educação, divisão esta proveniente da expansão industrial que demandava de formação mínima, de modo rápido e prático. Ainda assim ficava a desejar, pois o sistema atual de ensino não demandava de estruturação suficiente para atender a demanda necessária às indústrias.

Em 25 de fevereiro de 1942 surge o Decreto nº 4.127 (BRASIL, 1942) responsável por transformar as escolas de aprendizes e artífices em escolas industriais, as quais, a partir desse momento, poderiam oferecer cursos profissionais compatíveis com o nível secundário. Podemos afirmar que é a partir desta fase que o ensino industrial é vinculado ao ensino do país, permitindo que alunos formados por tais cursos pudessem seguir seus estudos a nível superior desde que a área de interesse fosse compatível com a de sua formação.

Em 21 de novembro de 1942, mediante o Decreto nº 4.984 (BRASIL, 1942), os SENAIs ganham o direito de se organizarem junto às empresas com mais de 100 funcionários visando dar formação continuada e aperfeiçoar seus trabalhadores.

Já em 1959 as escolas técnicas e industriais se tornaram autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais ganhando ainda autonomia didática e de gestão, o que intensifica a formação de técnicos para suprir as altas demandas frente à industrialização do país. Outras leis e decretos surgiram posteriormente com o objetivo de estabelecer identidade a estas instituições. A Lei nº 3.552 (BRASIL, 1959), de 16 de fevereiro de 1959, dispõe sobre a organização escolar e administrativa das Instituições Industriais junto ao Ministério da Educação e Cultura e o Decreto nº 47.038 (RIO DE JANEIRO, 1959), de 16 de outubro de 1959 que regulamenta o Ensino Industrial.

Posteriormente a estes fatos surge a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de nº 4.024 (BRASIL, 1961) de 20 de dezembro de 1961 que traz alterações significativas no quadro de disciplinas dos cursos oferecidos pelas escolas industriais acima citadas. Esta lei traz grande sincronia entre os cursos técnicos e o ensino secundário; porém, com a crise que viria posteriormente, que culminou com a queda de Vargas em 1964, houve grande estagnação educacional no país, principalmente por conta da divisão política entre nacionalistas e conservadores, o que novamente exibiria sinais de contraste entre as duas modalidades de ensino.

Porém, a Lei nº 4.024 (BRASIL, 1961) foi decisiva na garantia de estabilidade a esta modalidade de ensino, estabilidade esta concretizada a partir de 1968 com a Lei nº 5.524 (BRASIL, 1968), de 05 de novembro de 1968, a qual regulamentou a profissão de técnico

industrial principalmente através do artigo 3º que garante o exercício da profissão de Técnico Industrial de Nível Médio a quem concluiu um dos cursos do segundo ciclo de ensino técnico industrial, tenha sido diplomado por escola oficial autorizada ou reconhecida, de nível médio, regularmente constituída nos termos da Lei nº 4.024 (BRASIL, 1961); ou após curso regular tenha sido diplomado por escola industrial estrangeira e revalidado seu diploma no Brasil ou ainda a quem não tenha os cursos e a formação anteriormente citados, mas conte, na data da promulgação desta Lei, cinco anos de atividade integrada no campo da técnica industrial de nível médio e tenha habilitação reconhecida por órgão competente.

Em 1971, surgiu a Lei de Diretrizes e Bases de nº 5.692 (BRASIL, 1971) que alterava a formação nos cursos profissionalizantes, basicamente separando o currículo em dois níveis, que são: disciplinas de base comum (dando foco para a educação de maneira geral) e outra parte que abordava as necessidades locais de formação e preparação para o trabalho, uma vez que o crescimento industrial do país continuava em ritmo acelerado. Pode-se afirmar que esta alteração criava tendências para um ensino voltado às classes sociais mais favorecidas, como afirma Cunha (2005) quando diz que as escolas técnicas industriais pelo fato de terem conseguido manter um ensino de qualidade mais elevada no que se refere à educação geral e profissional passaram a ser mais procuradas, porém, por estudantes sem nenhum interesse em cursos técnicos e sim por virem nestas melhor preparação para os vestibulares e automaticamente ao ensino superior.

Em 1978, mais precisamente no dia 30 de junho, foi elaborada a Lei nº 6.545 (BRASIL, 1978) transformando as Escolas Técnicas Federais do Paraná, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro em Centros Federais de Educação Tecnológica, dando-lhes o direito de formar tecnólogos e engenheiros de operação.

Dando sequência aos acontecimentos, devido às grandes pressões oriundas da busca por mais oportunidades para as classes menos favorecidas, iniciaram-se os movimentos sociais que resultaram na promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) trazendo avanços animadores no que se refere ao ensino público e gratuito contemplados nos artigos de 205 a 214, dentre os quais os mais expressivos são o próprio 205 que trata da educação como um direito de todos e um dever do estado e da família visando o desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho e o 208 que trata do dever do Estado com relação à educação bem como da garantia deste dever.

Assim, a partir da Constituição de 1988, outros avanços seguiram com relação à Educação Profissional, como o Decreto nº 8.670 (BRASIL, 1993) de 30 de junho de 1993,

responsável pela criação de mais escolas profissionalizantes nos país e da Lei nº 8.731 (BRASIL, 1993), de 16 de novembro do mesmo ano, que transforma as Escolas Agrotécnicas Federais em Autarquias Federais através do artigo 1º.

No final de 1994, mediante o Decreto nº 8.948 (BRASIL, 1994), as Escolas Técnicas Federais e as Agrotécnicas Federais foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica, respeitando suas instalações, laboratórios, equipamentos e condições tanto administrativas quanto pedagógicas, como retrata o artigo 3º desta lei.

Porém, ainda com tantos avanços havia raízes assistencialistas nesta modalidade de ensino, raízes estas que foram realmente erradicadas mediante a Lei de Diretrizes e Bases de nº 9.394 (BRASIL, 1996) de 20 de dezembro de 1996. Dentre outros artigos importantíssimos para a Educação Profissional, destaca-se o Artigo 41 quando salienta que o conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica e no trabalho poderá ser avaliado, reconhecido e certificado de forma a servir como parâmetro para prosseguimento e conclusão dos estudos, desvendando a abertura de fronteiras para o curso superior. (BRASIL, 1996).

Após este importante passo junto à Educação Profissional, surge o Decreto nº 2.208 (BRASIL, 1997) de 17 de abril de 1997, que, aos olhos de especialistas acabou sendo um retrocesso junto às melhorias feitas até então com relação à política educacional, pois visa dar amparo ao aluno tanto cursando quanto concluinte do Ensino Básico, Superior, bem como aos trabalhadores. De forma geral este decreto tem como objetivo: promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando o indivíduo com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para exercer atividades produtivas sendo que esta formação pode ocorrer nos níveis médio, superior e de pós-graduação; aperfeiçoar e atualizar o trabalhador em seus conhecimentos tecnológicos e reprofissionalizar ou atualizar o indivíduo com qualquer nível de escolaridade de forma que possa se inserir no mercado de trabalho e melhor desempenhar suas funções. (BRASIL, 1997).

Tal decreto foi revogado após constantes discussões sobre o assunto associado ao fato de que, neste momento, entra em cena o primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva que assume a presidência em 2003, momento em que os desejos reprimidos do fim das desigualdades sociais afloram, resultando em críticas ferrenhas com relação ao decreto seguidas da elaboração do Projeto de Lei nº 236 (BRASIL, 1996), com a finalidade da revogação do Decreto anteriormente citado, o qual foi arquivado ⁸.

⁸ Acesso ao Projeto arquivado em <http://goo.gl/4bxFMm>

Enfim, com a sua revogação, a Educação Profissional é regida atualmente pelo Decreto nº 5.154 (BRASIL, 2004), de 23 de julho de 2004 ⁹, que visa dividir a Educação Profissional em áreas profissionais além de liberarem as Instituições Federais, Públicas e Privadas sem fins lucrativos, de oferecerem Cursos Profissionais de Nível Básico. Alguns artigos constantes na LDB, mais precisamente os de número 39 a 41 complementam atualmente esta modalidade de educação.

Aparentemente, tal decreto não causou sérias consequências aos cursos; ao contrário, deu possibilidades de mudanças permitindo dar continuidade aos mesmos direcionamentos feitos pelo Decreto nº 2.208 (BRASIL, 1997) revogado pelo Decreto nº 5.154 (BRASIL, 2004).

Analisando as várias legislações que estruturaram o ensino profissional visualiza-se a tentativa de erradicar o abismo existente entre ensino regular e ensino profissional, ao mesmo tempo, com a missão de proporcionar mão de obra qualificada para suprir as necessidades do mercado nacional principalmente no setor industrial. O CEETEPS surge nesta época como uma iniciativa nesta mesma direção.

3.2-Nas ETECs

O governador de São Paulo, Abel Sodré foi a alavanca principal na consolidação da ideia de criação de um Centro Estadual voltado para a educação tecnológica visando a necessidade de formação profissional para acompanhar a expansão industrial do país e principalmente do estado de São Paulo. Sendo assim, em 1969 foi assinado o Decreto-Lei (SÃO PAULO, 1969) criando tal autarquia com o objetivo de fomentar e desenvolver a Educação Tecnológica nos níveis médio e superior.

Com isso, o CEETEPS iniciou suas atividades em 6 de outubro de 1969 com a missão de criar uma rede gratuita que ministrasse cursos superiores na área de tecnologia. Deu-se, neste momento, o surgimento das primeiras FATECs, sendo uma em Sorocaba e outra em São Paulo. A partir da década de 80 outras foram criadas, alavancadas pela alta demanda de tecnologia.

Posteriormente, o CEETEPS passou a administrar também Escolas Técnicas de Nível Médio, que inicialmente foram chamadas de ETEs, tendo posteriormente alterado o nome para ETECs e, daí em diante, somando-se as Escolas Técnicas construídas com as que foram

⁹ Acesso em <http://goo.gl/k4BwIp>

englobadas, pode-se dizer que o CEETEPS é quem domina o ensino público de segundo grau a nível técnico no estado de São Paulo.

Atualmente as ETECs atendem mais de 213 mil estudantes nos Ensinos Técnicos, Técnico Integrado ao Médio e Médio, distribuídos nos 138 cursos técnicos para os setores Industrial, Agropecuário e de Serviços¹⁰, porém como nosso estudo é voltado para o curso Técnico em Informática associado ao fato da área de tecnologia estar se difundindo rapidamente é importante mencionar que este curso se encontra presente aproximadamente em 101 municípios espalhados pelo estado de São Paulo.

Em 1994, 82 Escolas Técnicas Estaduais foram incorporadas ao CEETEPS, fato que gerou determinada preocupação por parte da equipe gestora da instituição, que se viu obrigada a criar formas para diagnosticar as reais condições de cada uma destas unidades com relação à infraestrutura, documentação, práticas de ensino, quadro de professores e funcionários. De acordo com as normas de regulamentação do Observatório Escolar¹¹ (2011), os resultados levantados a partir deste diagnóstico levaram à necessidade de criação de um instrumento de avaliação anual de forma a aferir aspectos administrativos, pedagógicos e políticos, o qual teve sua primeira aplicação em 1998 e perdura até os dias atuais.

3.3-O problema da evasão discente nas ETECs

As Escolas Técnicas do Centro Paula Souza possuem infraestrutura bastante significativa no que se refere ao corpo docente bem como à estruturação física para o provimento de aulas práticas, porém, como nas demais redes de ensino regular e de forma mais acentuada na rede profissional, a evasão discente¹² é fator de preocupação tanto para a Administração Central como também à gestão das unidades.

Anualmente o CEETEPS se reúne com outras redes de ensino profissional visando o compartilhamento de conhecimentos e em 2011 o tema do Fórum de Evasão na Educação foi presidido pelo Coordenador do Ensino Técnico do CEETEPS, Almério Melquíades de Araújo onde o destaque foi a evasão discente nas ETECs tendo como prioridade, estudos sobre a forma como os educadores devem se preparar para enfrentar o problema. Neste encontro foi

¹⁰ Informação retirada do site oficial do Centro Paula Souza disponível em <http://www.cps.sp.gov.br/cursos/etec/>

¹¹ Tal qual o WebSai, tal documento produz informações de acesso restrito ao CEETEPS e à instituição pesquisada.

¹² Entenda-se “Evasão Discente” como citado no 2º parágrafo do item 2.1 proveniente do Regimento Comum das ETECs.

apontada como razão mais importante para a baixa formação qualificada os problemas de permanência dos cidadãos nas instituições de ensino, fator que desperta preocupação.

Trazendo o problema para a instituição de ensino pesquisada, no Plano Escolar (2015) elaborado pela unidade a evasão discente foi abordada de forma intensa o que demonstra a grande preocupação que assola a unidade. A meta do documento afirma que ações serão tomadas visando diminuir o índice de evasão em 5% em todos os cursos no ano de 2015 ampliando para 6% nos anos seguintes. Conforme informações retiradas do Banco de Dados do CEETEPS, em 2013 do total de 905 alunos, ocorreram 227 perdas¹³ (25%) e em 2014 de 914 alunos, ocorreram 192 perdas (21%).

Como relata um trecho do Plano Escolar (2015), quando se fala nos Cursos Técnicos, o problema se agrava ainda mais, pois muitos acabam desanimando por não se identificarem com o curso, outros se matriculam achando que é informática básica e quando percebem a complexidade do curso que por ser voltado ao desenvolvimento trabalha raciocínio lógico e programação desistem por entender que não vão acompanhar.

Portanto, analisando os dois capítulos apresentados até agora nota-se que a evasão discente é proveniente de uma série de fatores e converge para os três grandes eixos (problemas pessoais, relacionados à instituição e políticos) e tem seus agravantes junto ao ensino técnico e tecnológico conforme apresentado anteriormente. Como as ETECs têm sua filosofia baseada em ensino técnico são as que mais estão enfrentando de forma bastante intensa o problema da evasão discente nos cursos técnicos e de forma mais acentuada nos cursos voltados à tecnologia.

Com base na experiência, outro fator agravante no caso das ETECs é a despreocupação com relação ao controle de implantação de novas unidades, como mencionado no capítulo anterior associado à carência de estudos sobre como conviver pacificamente com outras redes de ensino profissionalizante na mesma cidade, principalmente em cidades como a da ETEC estudada que não demanda de absorção em massa de mão de obra, oferecendo às vezes o mesmo curso técnico em diferentes redes dentro do município. Tais fatores podem estar se colocando como agravantes para a não procura do curso bem como colaborando com a evasão discente nas ETECs. Sendo assim, urge estudos mais aprofundados sobre o assunto junto às Escolas Técnicas do CEETEPS.

¹³ O documento consultado não deixa claro se as reprovações estão contabilizadas nestes números de perda.

3.4-Conclusão

Muitas são as variáveis atreladas ao processo de evasão de forma geral, as próprias políticas no Brasil que defendem a educação como elemento primordial para a mudança do quadro de desemprego do país e acabam por desconsiderar ações no sentido de melhorar a distribuição de renda; a dinâmica da escola que não consegue apresentar ao aluno o grande sentido dele estar lá e assim se coloca como um conjunto de obrigações a serem cumpridas.

A grande abstração junto ao próprio fenômeno da evasão discente que, com base em estudos de outros autores nota-se que cada um tem uma visão sobre tal fenômeno girando em torno de postura ativa do aluno, problemas pessoais, problemas sociais, problemas políticos, relacionados à instituição e outros mais que acabam por fazer com que as poucas pesquisas que existem sobre o assunto acabem por não saber qual eixo priorizar em busca de soluções.

Com base nas informações apresentadas neste capítulo e fechando o assunto junto ao ensino profissional, percebe-se que fatores históricos, políticos e sociais têm se mostrado tanto como variáveis geradoras de evasão como também estão se colocando como barreiras para a criação de estratégias no combate da mesma, uma vez que os olhares sempre se voltaram para a atração de novos estudantes deixando de lado a manutenção dos já ingressados.

4-A ETEC EM QUESTÃO

Como toda e qualquer instituição, as ETECs têm sua missão voltada ao preparo do aluno para um processo educacional de forma evolutiva e permanente, almejando torná-lo apto ao exercício da cidadania no âmbito pessoal, social e profissional.

Sendo assim, visando a construção do conhecimento e do saber juntamente com o engajamento em prol do aluno, fatores intraescolares podem e devem ser trabalhados desde a equipe diretiva, passando pelos coordenadores, professores, chegando até ao pessoal terceirizado da instituição, os quais atuam de forma indireta ao âmbito pedagógico, mas nem por isso são menos importantes no processo visando à satisfação do aluno.

Nessa linha de raciocínio e em conformidade com o capítulo II do Regimento Comum das Escolas Técnicas do CEETEPS, o PPG¹⁴ apresenta a proposta de trabalho das ETECs, sendo que no âmbito pedagógico existe o Projeto Político Pedagógico, que é elaborado envolvendo toda a comunidade escolar e leva em consideração a realidade da instituição. Nele são mapeados os valores, as crenças e os princípios pedagógicos da escola, documento este que deve ser revisado constantemente de forma a retratar a dinâmica tanto da sala de aula como também refletir toda e qualquer mudança envolvendo a comunidade escolar. Atua com uma vigência de cinco anos e com uma demanda de replanejamento no mínimo anual de forma a garantir a fidedignidade das metas durante os cinco anos de sua vigência.

O ato de planejar pode ser entendido como a elaboração de um projeto futuro levando em consideração situações, experiências e informações até o momento presente, de forma a traçar novas metas. Na visão de Gadotti (1994) projetar indica romper as amarras do presente e se lançar para o futuro buscando sair de um estado confortável para arriscar-se através de um período de instabilidade rumo a uma nova fase de estabilidade em função da promessa que cada projeto possui de chegar a uma situação melhor que a do presente momento.

Traduzindo em linhas gerais, como o PPG não deixa de ser um projeto ousado da instituição, sua missão deve sempre ser a educação do aluno de forma íntegra; portanto, deve estar apto a dar o apoio necessário, tanto pedagógico como psicológico. Porém, além do apoio anteriormente citado é fato que nesta fase de definição das metas faz-se necessário levar em consideração variáveis que estão no entorno da instituição, bem como fatores sociais, demanda de empregabilidade, fatores econômicos e outros que podem interferir diretamente

¹⁴ O PPG pode ser acessado pelo sítio oficial da instituição pesquisada conforme link constante nas referências ao final deste documento.

nas metas estabelecidas, portanto, os tópicos abaixo buscam situar o leitor com relação algumas destas variáveis como: o município em que a instituição se insere, a própria instituição e o Curso Técnico em Informática oferecido.

4.1- Caracterização do município

A cidade de Bebedouro¹⁵ está situada no interior do estado de São Paulo, faz parte da microrregião da Serra de Jaboticabal e da mesorregião de Ribeirão Preto. Limita-se com os seguintes municípios: ao norte Colina; ao sul, Pirangi, Taiuva, Taiapu, Paraíso e Taquaral; a leste, Pitangueiras, Viradouro e Terra Roxa, e ao oeste, Monte Azul Paulista.

A origem do seu nome é devido a um córrego chamado "Bebedor", que, no século XIX, era pousada para tropeiros e peões de boiadeiro, algum tempo depois, em homenagem a São João Batista, nasce a Vila de São Sebastião do Bebedor e mais tarde, São João Batista da Bela Vista de Bebedor.

Inicialmente pertencia a Jaboticabal, sendo que em 27 de agosto 1886, com a criação do primeiro distrito policial da vila, passa a ser chamada de "Vila de São João Batista de Bebedouro", a partir de um ato do governador provincial na época, o Barão de Parnaíba. Em 6 de setembro de 1892, foi elevada a distrito de paz, pela lei estadual número 87, passando então a se chamar Bebedouro, posteriormente (1893), passou a pertencer oficialmente ao município de Pitangueiras, emancipou-se em 19 de julho de 1894, em 29 de dezembro de 1896 foi elevada à comarca e finalmente em 11 de março de 1889 tornou-se município.

De acordo com o Sítio da Prefeitura Municipal de Bebedouro (2016), um fator que alavancou seu crescimento foi a inauguração da Estação Ferroviária Paulista em 1902. No ano de 1912 a Companhia São Paulo-Goiás (nome da época) criou a linha "Bebedouro-Olimpia", estendida em 1916 até Viradouro, tornando Bebedouro um entroncamento ferroviário. Em 1927 a Companhia Paulista estendeu as linhas para outras cidades da região.

Na década de 1970, com o apogeu do ciclo da laranja e com a instalação de indústrias de suco, o município experimentou um rápido crescimento populacional, passando de 30 para 70 mil habitantes em cerca de 20 anos. Com o fim deste ciclo, em meados da década de 1990, o município passa por um crescimento mais lento, atribuído, sobretudo, à melhora do setor de comércio e serviços. Atualmente a população do município está em 77.695 habitantes segundo dados do IBGE (2010).

¹⁵ Todas as informações contidas no subitem 4.1 foram extraídas do site oficial da Prefeitura Municipal de Bebedouro. Disponível em: <<http://www.bebedouro.sp.gov.br/portal/>>. Acesso em: 28 out. 2016.

Bebedouro possui atualmente um dos mais altos IDHs do país, apresentando ainda uma alta renda per capita de R\$ 39.112,00 de acordo com os dados do IBGE (2010) devido principalmente a seu parque industrial, no qual se destacam indústrias de suco de laranja, de óleos vegetais, de fertilizantes, carrocerias e confecções. Possui 1.596 empresas, 126 indústrias, 1.144 no comércio, 16 agências bancárias e 10 empresas de hospedagem. A cidade de Bebedouro é privilegiada pela sua localização estratégica e pela sua estrutura bastante desenvolvida.

Com atuação destacada para a citricultura, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, Bebedouro tornou-se conhecida internacionalmente como a "Califórnia Brasileira". Desde o ano de 2008 em diante desponta como um município em pleno desenvolvimento, com uma economia focada no agronegócio e com amplo potencial para negócios.

Possui 8 escolas municipais de ensino fundamental, 7 escolas estaduais de ensino fundamental, 4 escolas estaduais de ensino fundamental e médio, 16 escolas particulares de ensino fundamental e médio (inclui a APAE e 3 escolas de ensino técnico dentre elas a ETEC pesquisada), 4 escolas municipais de ensino infantil (excluindo aquelas anexas às escolas de ensino fundamental), 4 escolas particulares de ensino infantil, 6 centros de ensino supletivo, 13 creches municipais, 2 centros universitários (FAFIBE e IMESB) e o instituto Práxis de Educação e Cultura (IPRA). Dentre as escolas estaduais de ensino técnico encontra-se a ETEC a partir da qual o Curso Técnico em Informática será estudado.

Num raio que engloba até 150 quilômetros encontram-se cidades que participam da economia e estão ligadas ao fluxo industrial e de transporte, como Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Franca, Barretos, Araraquara, Sertãozinho e Catanduva. E num raio de até 250 quilômetros, estão grandes centros produtivos, como Campinas, Marília, Araçatuba e Uberlândia.

Com relação à malha viária existem três importantes rodovias que atravessam o município, por onde escoam a safra de diversos produtos: a rodovia Brigadeiro Faria Lima (via duplicada), é um dos caminhos para a capital paulista. Entre os 380 quilômetros que separam Bebedouro de São Paulo, encontram-se vários acessos às cidades do interior. A rodovia Comendador Pedro Monteleone dá acesso à cidade de Catanduva e à rodovia Washington Luiz, para a chegada até São José do Rio Preto. Já a rodovia Armando Salles Oliveira, interliga Bebedouro a Ribeirão Preto. Esses municípios são dois dos principais polos comerciais do Estado. A cidade de Ribeirão Preto fica situada a 78 quilômetros e São José do Rio Preto a 108 quilômetros de Bebedouro, estando a cidade, portanto, no centro da microrregião com 3 milhões de habitantes a 100 quilômetros e num raio de 250 quilômetros,

12 milhões de habitantes, transformando-a num excelente centro de distribuição em logística. Outras rodovias vicinais facilitam o acesso a mais de 85 municípios.

4.2- Caracterização da instituição

A ETEC Ídio Zucchi iniciou suas atividades em fevereiro de 2006 como extensão da Escola Técnica Estadual “Dr. Adail Nunes da Silva” situada no município de Taquaritinga através do Decreto nº 50.532 (SÃO PAULO, 2006), que transferiu da Secretaria da Educação o imóvel para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. Assim, a ETEC de Bebedouro (nome inicial da instituição) passou a funcionar anexa à Escola Estadual “Dr. Paraíso Cavalcante” (em funcionamento na cidade desde 1922).

Pelo Decreto nº 50.887(SÃO PAULO, 2006) foi criada a Escola Técnica Estadual de Bebedouro e o Prof. Geraldo José Sant’Anna, até então coordenador de implantação, assumiu a direção da unidade.

Em 2011, com a publicação do decreto nº 14.557 (SÃO PAULO, 2011), o nome da ETEC foi alterado para Escola Técnica Estadual Prof. Ídio Zucchi.

Em 2012, o Prof. Rodrigo Pinheiro Campos, que até o dia 31/01/2012 exercia a função de Assistente Técnico Administrativo I¹⁶, assumiu a direção em caráter “pro tempore”, junto à ETEC em questão a partir de 01/02/2012 após a designação do Prof. Geraldo José Sant’Anna, para assumir a função de Supervisor Educacional na Região de São José do Rio Preto.

Em julho de 2012, após processo eleitoral ocorrido na instituição, a Prof.^a Andrea Bessa Carnassa assumiu a direção da ETEC no período de 15/07/2012 à 14/07/2016.

Em 31 de janeiro de 2014, a ETEC mudou para o seu novo prédio, localizado na rua Lúcio Sarti, nº 809 – Parque Eldorado, na cidade Bebedouro/SP. O prédio possui uma estrutura moderna, no bloco pedagógico, são: 18 salas de aula e 18 laboratórios; o bloco administrativo possui: secretaria, biblioteca, salas para equipe de direção, auditório e área de exposição; além de uma quadra de esporte multiuso. Essa conquista possibilitou a ampliação na oferta de cursos que atendam à demanda do mercado local e regional.

¹⁶ A função do Assistente Técnico Administrativo encontra-se na Seção V do Regimento Comum das ETECs.

4.3-Recursos físicos

A sede da ETEC Prof. Ídio Zucchi possui salas bem iluminadas e ventiladas, laboratórios de informática climatizados com um número adequado de estações de trabalho devidamente equipadas com softwares atualizados. Após a mudança para o novo prédio, o número de salas de aula foi bastante ampliado de forma que nem toda a estrutura encontra-se utilizada como pode ser visto na tabela a seguir:

Tabela 2 – Número atual de salas de aula

Status	Manhã	Tarde	Noite
Existentes	18	18	18
Utilizadas	09	03	10
Ociosas	09	15	08

Fonte: Elaborado pelo autor mediante dados fornecidos pela secretaria da unidade, 2016.

4.3.1-Laboratórios

A unidade possui 3 laboratórios com as seguintes características: área com 90m², piso antiderrapante, boa iluminação e climatizados; 20 microcomputadores HP EliteDesk 800 Core i5, memória de 4 GB, 500 GB de HD, placa de rede, monitor 20”, gravador de DVD, mouse e teclado; 20 estabilizadores de energia; 01 ar condicionado; 01 projetor multimídia instalado no teto com sistema de som; 40 cadeiras; 20 mesas para computadores; 1 quadro branco e quadros de avisos em cortiça (110 X 70 cm). A figura 1 demonstra o perfil dos laboratórios.



Figura 1 – Disposição padrão dos laboratórios da ETEC pesquisada.

Fonte: Imagem cedida pela secretaria da unidade pesquisada, 2016.

Há também um laboratório multidisciplinar com os seguintes equipamentos: 10 computadores; 1 impressora; 1 projetor multimídia; 1 televisor 29 polegadas; 1 aparelho de DVD; 3 armários arquivo; 3 armários de aço com prateleiras e 8 bancadas em mármore.

A unidade juntamente com as extensões controladas pela sede conta hoje com uma estrutura capaz de atender uma população de 751 alunos distribuídos em diversas modalidades de curso como mostrado na tabela abaixo:

Tabela 3 – Total de alunos lotados nos diversos cursos oferecidos.

Cidade	Total de alunos	Modalidade	Total por modalidade
Bebedouro	751	Ensino médio regular	238
		Ensino médio integrado ao técnico	113
		Técnico em administração	98
		Técnico em recursos humanos	55
		Técnico em serviços jurídicos	71
		Técnico em informática	58
		Técnico em informática para internet	29
		Técnico em administração (TELECURSOTEC)	73
		Técnico em informática para internet (VENCE)	16

Fonte: Elaborado pelo autor segundo dados fornecidos pela secretaria da unidade.

4.4-Recursos humanos

A equipe gestora é composta pela diretora da unidade, diretor de serviço acadêmico, diretora de serviço administrativo, coordenador pedagógico, orientadora educacional e pelo assistente técnico administrativo. Nas coordenações de curso estão: coordenador do ensino médio e da extensão situada na instituição Paraíso Cavalcanti, coordenador do técnico em informática, coordenador do curso técnico em administração e técnico em recursos humanos e o coordenador do curso técnico em serviços jurídicos.

Com relação ao número de professores lotados nos diversos cursos temos o seguinte panorama: Ensino Médio Regular com 9 professores; Ensino Médio Integrado ao Técnico em Informática para Internet com 5 professores adicionais (além dos 9 citados anteriormente para o Ensino Médio Regular); Ensino Médio Integrado ao Técnico em Administração com 4 professores adicionais (além dos 9 citados anteriormente para o Ensino Médio Regular); Técnico em Administração com 6 professores; Técnico em Recursos Humanos com 6 professores (2 deles lecionam também no Técnico em Administração); Serviços Jurídicos com 5 professores (3 deles lecionam também no Técnico em Administração); Técnico em Informática para Internet com 7 professores (todos lecionam também no Técnico em Informática); Técnico em Administração (Semipresencial) com 1 professor (leciona também no Técnico em Administração); Técnico em Informática para Internet (Programa Vence) com 4 professores (todos lecionam no curso Técnico em Informática) e Técnico em Informática com 7 professores.

4.5-Cursos oferecidos e suas informações

Atualmente todos os cursos¹⁷ acima mencionados estão ativos na instituição, portanto, de forma a situar o leitor com relação à filosofia de cada um deles segue uma breve descrição:

Ensino Médio Regular: O ensino médio destina-se aos candidatos que estão concluindo o ensino fundamental e compõe-se por duas partes: a base nacional comum com disciplinas direcionadas para a formação geral do estudante e a parte diversificada com disciplinas que objetivam o desenvolvimento de habilidades, competências e condutas importantes na atualidade para uma formação preparada para o exercício da cidadania, para o

¹⁷ Todas as informações contidas no subitem 4.5 foram extraídas do site oficial da ETEC Ídio Zucchi. Disponível em: < <http://www.etcbebedouro.com.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

mercado de trabalho e para o ingresso no ensino superior. Ministrado no período matutino com aulas das 07:10 às 11:40 e com duração de 03 anos.

Ensino Médio Integrado ao Técnico em Informática para Internet: O ensino médio integral destina-se aos candidatos que estão concluindo o ensino fundamental e compõe-se da base nacional comum com disciplinas direcionadas para a formação geral do estudante e a parte específica com disciplinas focadas nos conteúdos técnicos da área escolhida. Ao completar as três séries o aluno recebe o certificado de técnico que lhe dará o direito de exercer a habilitação profissional além de estar preparado para o mercado de trabalho, exercício da cidadania e ingresso no ensino superior. Pertence ao Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação. O profissional adquire habilidades para desenvolver e realizar manutenções em websites, portais na internet e intranet. Utiliza ferramentas de desenvolvimento de projetos para construir soluções que auxiliam o processo de criação de interfaces e aplicativos empregados no comércio e marketing eletrônicos. Mercado de trabalho: instituições públicas, privadas e do terceiro setor que demandem programação de computadores para internet. Ministrado no período integral com aulas das 07:10 às 15:10 e com duração de 03 anos.

Ensino Médio Integrado ao Técnico em Administração: O Técnico em Administração é o profissional que adota postura ética na execução da rotina administrativa, na elaboração do planejamento da produção e materiais, recursos humanos, financeiros e mercadológicos. Realiza atividades de controle e auxilia nos processos de direção utilizando ferramentas da informática básica. Fomenta ideias e práticas empreendedoras. Desempenha suas atividades observando as normas de segurança, saúde e higiene do trabalho, bem como as de preservação ambiental. Este curso é ministrado no período integral com aulas das 07:10 às 15:10 e com duração de 03 anos.

Técnico em Administração: O Técnico em Administração é o profissional que adota postura ética na execução da rotina administrativa, na elaboração do planejamento da produção e materiais, recursos humanos, financeiros e mercadológicos. Realiza atividades de controle e auxilia nos processos de direção utilizando ferramentas da informática básica. Fomenta ideias e práticas empreendedoras. Desempenha suas atividades observando as normas de segurança, saúde e higiene do trabalho, bem como as de preservação ambiental. Ministrado no período noturno com aulas das 07:00 às 23:00 e com duração de 03 anos.

Técnico em Recursos Humanos: O Técnico em Recursos Humanos é o profissional que executa rotinas administrativas de pessoal com base na Legislação Trabalhista e Previdenciária. Auxilia no controle e avaliação de subsistemas de gerenciamento e contribui

para a implementação das estratégias organizacionais. Administra pessoal, promove ações de treinamento, identifica e sugere plano de benefícios. Descreve e classifica postos de trabalho, aplica questionários e processa informações acerca dos trabalhadores. Atua nos processos de recrutamento, seleção e integração, assessora as relações de trabalho e sistemas de avaliação de desempenho. Presta serviços de comunicação oral e escrita, liderança, motivação, formação de equipes e desenvolvimento de pessoal com empenho no crescimento simultâneo, individual e do grupo de forma ética. Realiza ações empreendedoras e em processos de orientação sobre a importância da segurança no trabalho e da saúde ocupacional. Ministrado no período noturno com aulas das 07:00 às 23:00 e com duração de 01 ano e meio.

Técnico em Serviços Jurídicos: O Técnico em Serviços Jurídicos é o profissional que executa serviços de suporte e apoio técnico-administrativo a escritórios de advocacia, de auditoria jurídica, recursos humanos e departamentos administrativos, bem como cumpre as determinações legais atribuídas a cartórios judiciais e extrajudiciais, executando procedimentos e registros cabíveis. É responsável pelo gerenciamento e pelo arquivo de processos e de documentos técnicos. Presta atendimento ao público. Ministrado no período noturno com aulas das 07:00 às 23:00 e com duração de 01 ano e meio.

Técnico em Informática para Internet: O Técnico em Informática para Internet é o profissional que desenvolve e realiza manutenções em websites, portais na internet e intranet. Utiliza ferramentas de desenvolvimento de projetos para construir soluções que auxiliam o processo de criação de interfaces e aplicativos empregados no comércio e marketing eletrônicos. Ministrado no período noturno com aulas das 07:00 às 23:00 e com duração de 01 ano e meio.

Técnico em Administração (Semipresencial¹⁸): Controla a rotina administrativa das empresas. Colabora nos planejamentos estratégico, tático e operacional. Realiza atividades em recursos humanos e intermedeia mão-de-obra para colocação e recolocação. Atua na área de compras, auxilia no setor contábil e assessora a área de vendas. Modalidade de curso semipresencial onde as aulas presenciais são ministradas no período da manhã ou tarde aos sábados e o restante é composto por atividades à distância. Possui duração de 1 ano e meio.

¹⁸ Dispõe de aulas presenciais e à distância, com o suporte de um professor orientador e de um Ambiente Virtual de Aprendizagem. CEETEPS. **Site Oficial do Centro Paula Souza**. Disponível em: <<https://goo.gl/0wN15w>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

Técnico em Informática para Internet (Programa Vence¹⁹): Esta modalidade de ensino técnico é semelhante às demais, com exceção da maneira como o curso é ministrado. O programa Vence foi criado pelo Governo do Estado de São Paulo para incentivar a integração do Ensino Médio com o Técnico. Várias escolas trabalham com esta modalidade e o projeto pretende ampliar a rede facilitando a entrada do aluno no mercado de trabalho. Visando atender as mais diversas necessidades dos alunos, foi criado em duas modalidades que são: Vence Integrado: o aluno concluinte do 1º ano do ensino médio estudará na rede estadual em apenas um período. No Estado de São Paulo as escolas que oferecem esta modalidade de curso são integrantes do CEETEPS e do IFSP. Já o Vence Concomitante é voltado para estudantes do 2º e 3º anos do Ensino Médio e para os participantes do EJA. Neste caso o aluno frequenta o Ensino Médio em um período e em outro frequenta o Curso Técnico de uma instituição. Na cidade de Bebedouro esta modalidade de curso atualmente é ministrada junto à escola Dr. Paraíso Cavalcanti.

4.6-O curso técnico em informática

O Curso Técnico em Informática oferecido atualmente pelas ETECs possui o seguinte objetivo:

Desenvolver e operar sistemas e interfaces gráficas; montar e dar manutenção em bases de dados; codificar programas; projetar, implantar e customizar sistemas e aplicações; selecionar programas e sistemas operacionais a partir das necessidades do usuário; minimizar riscos relacionados à segurança das informações através do relacionamento e da aplicação de soluções adequadas e identificar oportunidades e tendências no mundo digital desenvolvendo modelos para novos negócios de forma empreendedora. (CEETEPS, 2014, p. 6).

Além dos objetivos anteriormente descritos, curso acima citado possui como meta para o perfil do concluinte formar um profissional capaz de desenvolver programas de computador com base em especificações e paradigmas da lógica de programação e das linguagens de programação; apto a utilizar ambientes de desenvolvimento de sistemas, sistemas operacionais e bancos de dados; competente para realizar testes em programas de computador, mantendo registros que possibilitem análises e refinamento dos resultados e ainda capaz de executar manutenção em programas de computadores implantados. (CEETEPS, 2014).

¹⁹ É um programa que permite aos estudantes do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) matriculados nas escolas da rede estadual a oportunidade de ter de forma adicional, um certificado de curso técnico gratuito. PROGRAMA VENCE. **Site Oficial da Secretaria de Educação**. Disponível em: < <https://goo.gl/yIhi0M>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

O curso é estruturado em três módulos, articulados com 400 horas cada, sendo que do total de horas a maior parte é formada por aulas práticas em laboratório visando reproduzir da forma mais fidedigna possível o ambiente de trabalho do futuro profissional.

No primeiro semestre, 80% do curso é composto de aulas práticas e ao término deste módulo o aluno adquire o certificado de “Auxiliar de Informática” que, segundo o CEETEPS é o profissional que desenvolve programas estruturados, interpreta textos técnicos e manuais, elabora documentos, opera aplicativos em ambientes informatizados e contextualiza e modela bancos de dados. O Quadro 2 traz uma visão panorâmica da grade curricular do 1º módulo.

Quadro 2 – Grade curricular do 1º módulo do Curso Técnico em Informática.

Componentes Curriculares	Carga Horária							
	Horas-aula						Total em Horas	Total em Horas – 2,5
	Teórica	Teórica – 2,5	Prática Profissional	Prática Profissional – 2,5	Total	Total – 2,5		
I.1 – Lógica de Programação	00	00	100	100	100	100	80	80
I.2 – Técnicas de Programação para Internet I	00	00	60	50	60	50	48	40
I.3 – Técnicas de Linguagens para Banco de Dados I	00	00	60	50	60	50	48	40
I.4 – Análise de Sistemas	00	00	40	50	40	50	32	40
I.5 – Gestão de Sistemas Operacionais I	00	00	60	50	60	50	48	40
I.6 – Operação de Software Aplicativo	00	00	60	50	60	50	48	40
I.7 – Instalação e Manutenção de Computadores	00	00	40	50	40	50	32	40
I.8 – Inglês Instrumental	40	50	00	00	40	50	32	40
I.9 – Linguagem, Trabalho e Tecnologia	40	50	00	00	40	50	32	40
Total	80	100	420	400	500	500	400	400

Fonte: Dados do CEETEPS referentes ao Curso Técnico em Informática, 2014.

No segundo semestre, 72% do curso é composto de aulas práticas e ao término deste, o aluno adquire o certificado de “Auxiliar em Programação de Computadores”, o qual, segundo o CEETEPS é o profissional que planeja, desenvolve e documenta sistemas estruturados, orientados a eventos e a objetos. Modela e opera aplicativos para bancos de dados; instala e configura sistemas operacionais de acordo com as necessidades. O quadro 3 traz uma visão panorâmica da grade curricular do 2º módulo.

Quadro 3 – Grade curricular do 2º módulo do Curso Técnico em Informática.

Componentes Curriculares	Carga Horária							
	Horas-aula						Total em Horas	Total em Horas – 2,5
	Teórica	Teórica – 2,5	Prática Profissional	Prática Profissional – 2,5	Total	Total – 2,5		
II.1 – Técnicas de Orientação a Objetos	60	50	00	00	60	50	48	40
II.2 – Técnicas de Programação para Internet II	00	00	60	50	60	50	48	40
II.3 – Técnicas de Linguagens para Banco de Dados II	00	00	40	50	40	50	32	40
II.4 – Desenvolvimento de Software I	00	00	100	100	100	100	80	80
II.5 – Programação de Computadores I	00	00	100	100	100	100	80	80
II.6 – Gestão de Sistemas Operacionais II	00	00	60	50	60	50	48	40
II.7 – Empreendedorismo e Inovação	40	50	00	00	40	50	32	40
II.8 – Planejamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Informática	40	50	00	00	40	50	32	40
Total	140	150	360	350	500	500	400	400

Fonte: Dados do CEETEPS referentes ao Curso Técnico em Informática, 2014.

No terceiro e último semestre, 84% do curso é composto de aulas práticas e ao concluí-lo o aluno adquire o certificado de “Técnico em Informática”, a partir do qual, de acordo com o CEETEPS é o profissional que desenvolve programas de computador, seguindo as especificações e paradigmas da lógica de programação e das linguagens de programação. Utiliza ambientes de desenvolvimento de sistemas, sistemas operacionais e banco de dados. Realiza testes de programas de computador, mantendo registros que possibilitem análises e refinamento dos resultados. Executa manutenção de sistemas de informação implantados. O quadro 4 traz uma visão panorâmica da grade curricular do 3º módulo.

Quadro 4 – Grade curricular do 3º módulo do Curso Técnico em Informática.

Componentes Curriculares	Carga Horária							
	Horas-aula						Total em Horas	Total em Horas – 2,5
	Teórica	Teórica – 2,5	Prática Profissional	Prática Profissional – 2,5	Total	Total – 2,5		
III.1 – Redes de Comunicação de Dados	00	00	60	50	60	50	48	40
III.2 – Tecnologias para Mobilidade	00	00	60	50	60	50	48	40
III.3 – Técnicas de Linguagens para Banco de Dados III	00	00	40	50	40	50	32	40
III.4 – Desenvolvimento de <i>Software</i> II	00	00	100	100	100	100	80	80
III.5 – Programação de Computadores II	00	00	100	100	100	100	80	80
III.6 – Segurança Digital	40	50	00	00	40	50	32	40
III.7 – Ética e Cidadania Organizacional	40	50	00	00	40	50	32	40
III.8 – Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Informática	00	00	60	50	60	50	48	40
Total	80	100	420	400	500	500	400	400

Fonte: Dados do CEETEPS referentes ao Curso Técnico em Informática, 2014.

O curso é organizado por componentes curriculares que indicam as competências e habilidades a serem construídas, bem como as bases tecnológicas, que são conhecimentos a serem adquiridos.

De acordo com o CEETEPS o proposto nos componentes curriculares está coerente e suficiente para atingir o perfil proposto para as saídas intermediárias e perfil profissional de conclusão. O perfil profissional de conclusão está coerente com o perfil proposto no Cadastro Nacional de Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio (CNCT), assim como os temas propostos estão incluídos em todos os componentes curriculares do curso.

4.7-Perfil dos ingressantes

Normalmente o perfil do aluno do Ensino Técnico trata-se de uma miscelânea entre alunos que já concluíram o primeiro ano do Ensino Médio, tendendo a um grande percentual de pessoas com mais idade que acabam buscando no curso técnico uma oportunidade de se colocar/recolocar no mercado de trabalho de forma rápida ou até mesmo de ascender o nível salarial.

De forma a termos dados autênticos sobre o perfil dos ingressantes, foi solicitado junto ao Coordenador do Vestibulinho da instituição pesquisada os dados de todos os inscritos para o Vestibulinho do 1º semestre de 2016 em que foram inscritos 215 candidatos, sendo 125 para o Curso Técnico em Informática Integrado ao Médio e 90 para o Técnico em Informática. A maior parte da procura neste semestre se deu junto ao Ensino Médio Integrado ao Técnico, talvez pelo fato do Ensino Médio Regular ser bastante concorrido e os inscritos encontrarem o Integrado ao Médio como uma porta de entrada para cursarem o Ensino Médio na ETEC.

Outra informação levantada durante o Vestibulinho é a divisão entre candidatos do sexo masculino e feminino, sendo que neste semestre foram 134 do sexo masculino e 81 do sexo feminino o que comprova o interesse historicamente maior por parte de pessoas do sexo masculino em cursos voltados à área de tecnologia. Do total, a grande maioria ainda é solteira (98%) e formada por jovens (de 15 a 17 anos) como demonstra outra informação inferida a partir dos dados coletados junto ao Coordenador do Vestibulinho e que indica que para este semestre, pessoas de faixa etária superior pouco procuraram o curso técnico na área de tecnologia.

Outra informação bastante considerável é saber o motivo que está levando o ingressante no Curso Técnico em Informática a prestar o Vestibulinho, informação esta que pôde ser levantada mediante a pergunta “*Por que você está prestando o Vestibulinho?*” Constante no questionário solicitado durante a inscrição. A Figura 2 apresenta as respostas dos inscritos.

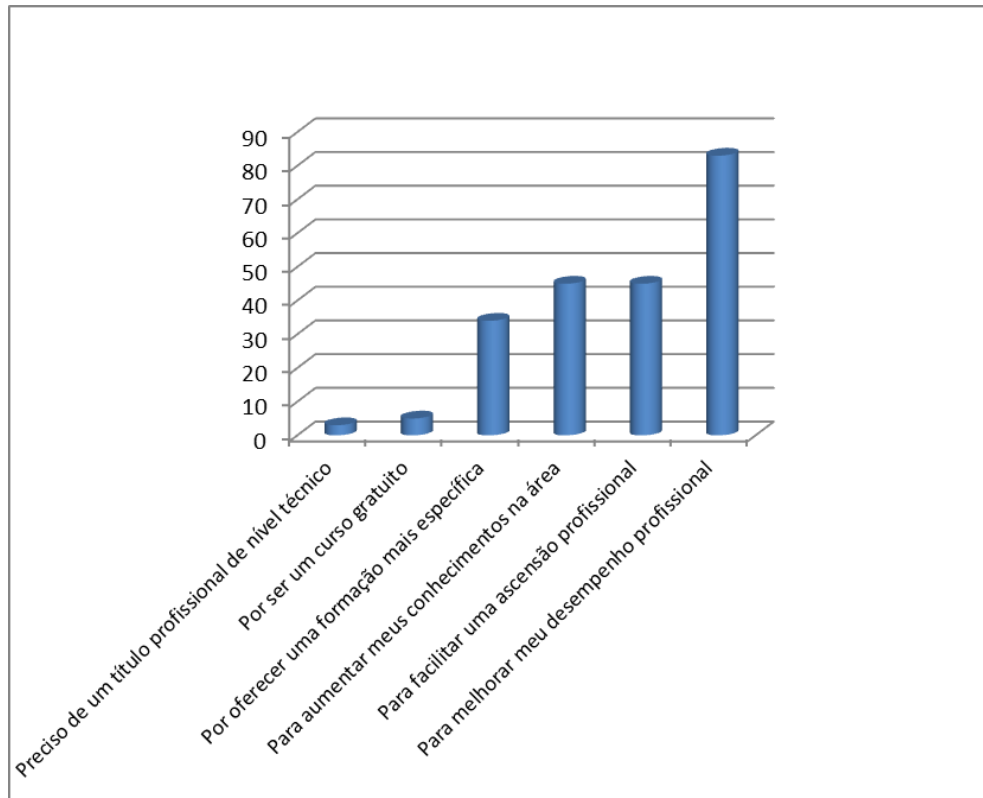


Figura 2 - Mapa dos motivos que levaram os candidatos do 1º semestre de 2016 a procurarem o curso Técnico em Informática.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

A partir da análise da Figura 2 podemos inferir que os alunos estão procurando o curso com a intenção de se prepararem melhor profissionalmente associado ao fato da área de tecnologia ser bastante promissora com relação tanto à demanda de vagas bem como com relação à oferta de salários melhores, o que realmente é esperado como objetivo principal do curso. É bastante importante ter de forma clara os motivos que estão levando os candidatos a procurarem o curso, pois tal informação permite criar estratégias para adequar o curso às necessidades dos futuros alunos.

Do total de candidatos prestantes, 136 eram de Bebedouro (63%); 27 de Pitangueiras (13%); 18 de Monte Azul Paulista (8%); 11 de Viradouro (5%); 9 de Taquaral (4%); 7 de Taiapuã (3%); 3 de Severínia (1%); 2 de Terra Roxa (1%); 1 de Taiúva e 1 de Cajobi (1%). A partir dos dados de interesse pelo curso por parte dos candidatos, infere-se que o curso parece bem difundido pela região, mas existem diferenças com relação à procura entre as cidades do entorno, talvez por questões de deslocamento até a sede da unidade. Esta informação se mostra bastante útil para a instituição uma vez que tal retorno mostra como anda a dinâmica de divulgação do curso junto às cidades que compõem a macrorregião de Bebedouro.

4.8-Possíveis pivôs para a evasão discente no curso pesquisado

A ETEC pesquisada iniciou suas atividades em fevereiro de 2006 e desde o início o Curso Técnico em Informática vem sendo oferecido semestralmente de forma ininterrupta. A Figura 3 apresenta um histórico da demanda desde o início do curso:

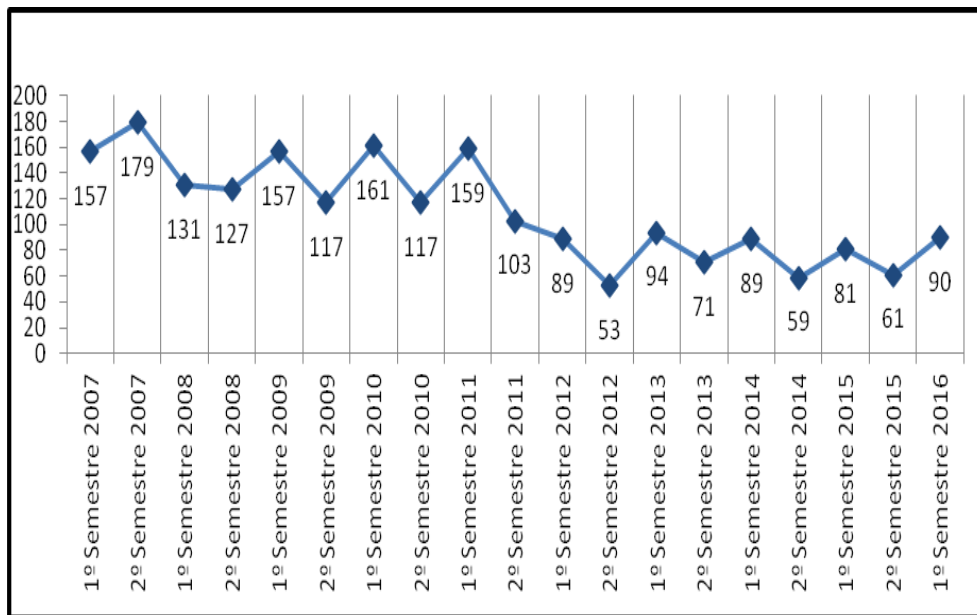


Figura 3 – Histórico da demanda do Curso Técnico em Informática.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

Dessa forma, talvez o fato do curso vir sendo oferecido de forma contínua pode estar gerando certa saturação e automaticamente determinada queda na procura e como sabemos, quanto menor a procura, menor será também a seleção, o que pode estar colocando dentro da sala de aula alunos com pouca ou nenhuma afinidade, tendendo a aumentar os índices de evasão discente como mostrado na Tabela 4:

Tabela 4 – Evasão discente desde o 1º semestre de 2007 até o 2º semestre de 2015.

Semestre de conclusão	Quantidade de ingressantes	Concluintes	Total de evadidos
1º Sem 2007	40	26	14
2º Sem 2007	40	25	15
1º Sem 2008	40	20	20
2º Sem 2008	40	21	19
1º Sem 2009	40	22	18
2º Sem 2009	40	22	18
1º Sem 2010	40	18	22
2º Sem 2010	40	20	20
1º Sem 2011	40	21	19
2º Sem 2011	40	15	25

(continuação)

Semestre de conclusão	Quantidade de ingressantes	Concluintes	Total de evadidos
1º Sem 2012	40	24	16
2º Sem 2012	40	21	19
1º Sem 2013	40	15	25
2º Sem 2013	40	24	16
1º Sem 2014	40	16	24
2º Sem 2014	40	19	21
1º Sem 2015	40	19	21
2º Sem 2015	40	16	24

Fonte: elaborada pelo autor, 2016.

Os números da tabela 4 apresentam crescimento das taxas de evasão discente, com peso maior para o segundo semestre de 2011 e o primeiro semestre de 2013 onde as taxas atingiram índices mais elevados. O histórico apresentado demonstra a urgência de análise dos dados coletados de forma a buscar os principais fatores relacionados, uma vez que tais índices se colocam de forma inaceitável tanto no âmbito administrativo (administração central e local) como também junto ao âmbito pedagógico pois, sempre que um aluno deixa o curso todo docente mais comprometido reflete sobre tal atitude no sentido de encontrar respostas sobre qual foi sua parcela de responsabilidade na evasão daquele aluno.

O que se pode inferir de acordo com os anos de experiência junto à instituição é que muitos discentes têm a profissão de docente na instituição como secundária, portanto, nota-se pouco comprometimento, o que faz com que tanto ações no sentido do aumento de candidatos por vaga (fator que melhoraria a seleção), quanto a mobilização em busca de novos cursos na área estudada fique bastante prejudicada. Deficiências como estas associadas à saturação da oferta do curso vêm refletindo em taxas próximas a um candidato por vaga, situação que impede qualquer aplicação de critérios para a seleção.

4.9-Conclusão

Apesar da cidade de Bebedouro estar situada num eixo econômico bastante importante, que pode absorver com facilidade a mão de obra qualificada produzida pelos cursos técnicos da ETEC associado à boa infraestrutura da instituição, ela ainda enfrenta o peso da evasão principalmente no Curso Técnico em Informática, fator que vem despertando preocupação tanto em nível de unidade de ensino como da própria equipe de supervisão do

CEETEPS, o que além das ações internas já realizadas fez com que os olhares do Plano Plurianual de Gestão (2015) se voltassem especialmente para a evasão discente neste curso.

5 – COLETA E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

O foco deste capítulo é apresentar a metodologia utilizada na pesquisa de campo deste estudo, bem como a organização do questionário (instrumento de pesquisa) e o tratamento dos dados provenientes do objeto de pesquisa. Consultas a pesquisadores que desenvolvem metodologias de pesquisas principalmente quantitativas se fizeram necessárias como foi o caso de Gil (1999) e Babbie (1999).

5.1-O processo de coleta e os instrumentos utilizados

A pesquisa tomou como base para a coleta de dados os alunos evadidos do Curso Técnico em Informática da ETEC Ídio Zucchi desde o primeiro de 2009 até o segundo semestre de 2014. Levando em consideração que a instituição iniciou suas atividades no início de 2006, tomou-se a decisão de não iniciar o período analisado neste ano, pois foi uma fase de experimentação com relação ao novo, fator que pode ter gerado certa curiosidade e automaticamente provocado além de uma procurar maior, a expectativa em terminar o curso, pois a demanda de profissionais na época era bem maior e terminou-se a coleta junto ao ano de 2014 uma vez que os dados de 2015 não estavam ainda fechados junto à secretaria até o momento da confecção das formas de contato com os respondentes para o início da pesquisa. O objetivo foi identificar e descrever mediante análise quantitativa através do objeto de pesquisa acima citado os fatores, causas e motivos associados ao problema da evasão discente.

5.2-Os dados dos alunos evadidos

Para a identificação dos alunos evadidos no período acima foi solicitada à instituição pesquisada uma planilha com as seguintes informações: RM, nome, situação²⁰, telefone residencial, celular e e-mail²¹.

Sendo assim, chegou-se a um total de 192 alunos, sendo que 60 estavam com a situação “abandono”, 4 como desistentes, 80 como evadidos e 48 como trancamento. Para

²⁰ A situação refere-se ao status do aluno. Ex: evadido.

²¹ Os dados dos alunos são confidenciais, confidencialidade esta garantida através de um documento intitulado “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE”, exigido pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIARA, o qual aprovou o projeto submetido junto à Plataforma Brasil na data de 24 de maio de 2016.

efeito da pesquisa, foi enviado um e-mail de pré-contato informando sobre a importância da participação deles na pesquisa, 35 e-mails não estavam mais ativos restando 157, porém, destes, 15 alunos retornaram o contato se mostrando interessados em contribuir respondendo o questionário, os demais não se manifestaram. Vale lembrar que poderiam ter sido feitas novas tentativas junto aos que não retornaram se manifestando favoráveis à contribuição para a pesquisa, porém, como afirma Moreira (2012), a recusa do aluno evadido em responder o questionário é natural e deve ser levada em conta como uma atitude previsível, pois a evasão discente é uma situação que o estudante prefere não falar sobre, uma vez que é sempre causa de constrangimento. Neste caso o autor entende que a espontaneidade na colaboração contribuiu para a geração de respostas mais autênticas e assim mais próximas da realidade.

5.3-A amostragem

Como salienta Barbacovi (2011) a seleção da amostra tem como objetivo permitir que um conjunto de elementos da população tenha características compatíveis com a população de onde foi extraída, de forma a representar da maneira mais fidedigna possível as características e comportamentos de toda a população. A amostragem utilizada foi do tipo “aleatória” e somente é possível ser aplicada quando temos elementos fundamentais da população a ser estudada. Mais precisamente foi utilizada nesta pesquisa “Amostragem Aleatória Simples” em que de acordo com Lankshear e Knobel (2008) cada membro de uma população tem a mesma chance ou probabilidade de ser selecionado. Esta metodologia de estudo tem o nome de Survey que é um tipo de pesquisa onde coleta-se uma amostragem e a partir da análise da amostragem chega-se a conclusões e explicações que podem ser aplicadas ao restante da população. Babbie (1999) lembra que métodos de Survey são utilizados para estudar um segmento ou parcela – uma amostra – de uma população, para fazer estimativas sobre a natureza da população total da qual a amostra foi selecionada.

5.4-Confeção e aplicação do instrumento de pesquisa - questionário

O instrumento utilizado para a coleta das informações foi o questionário do tipo autoaplicável²² e originou-se da leitura e de estudos de trabalhos que discutem as causas da evasão discente e os problemas enfrentados pelos alunos do ensino profissional mais precisamente na área de tecnologia no Brasil. Como o instrumento foi confeccionado para atender os alunos do PROEJA, algumas adaptações foram necessárias adequando o documento de forma a constar de questões de cunho pessoal buscando traçar o perfil do aluno no momento do ingresso no curso bem como questões que procuraram traçar o perfil familiar buscando entender as origens do indivíduo; outro grupo de questões buscou medir as razões pelas quais o aluno procurou o curso técnico chegando aos motivos que o levaram a abandonar os estudos e terminou avaliando a situação do respondente após o abandono.

Assim, tal instrumento buscou interceptar propósitos particulares, coletivos (relacionados a todo o grupo de pesquisa) bem como questões relacionadas ao interesse do próprio autor da pesquisa em investigar o ensino técnico e tecnológico. Gil (1999) afirma que a construção do questionário está relacionada à dimensão dos objetivos da pesquisa e que as respostas a estas questões irão prover os dados requeridos para testar as hipóteses ou esclarecer o problema de pesquisa. Sendo assim, um questionário para coleta de dados deve ser um instrumento especificamente desenvolvido de acordo com as necessidades e circunstâncias do estudo (LANKSHEAR E KNOBEL, 2008).

Visando a criação e o acompanhamento das respostas do questionário foram definidas categorias como ferramenta fundamental para a análise da evasão discente no curso pesquisado, buscando compreender o perfil do aluno evadido, as causas da evasão discente, a relação entre o curso e o mercado de trabalho, a situação socioeconômica e o percurso escolar.

Barbacovi (2011) afirma que deve haver um alinhamento claro entre as dimensões, subdimensões e seus componentes junto aos objetivos específicos formando um desenho de pesquisa objetivando orientar o procedimento de estudo, a construção do instrumento para o levantamento das informações e as representações das reflexões provenientes desse processo.

Concluindo, as questões do objeto de pesquisa procuraram mapear sentimentos, opiniões, interesses, expectativas, situações vividas e outros motivos mais, individuais ou coletivos que de alguma forma contribuiriam para o processo de evasão discente junto ao curso técnico.

²² Os questionários, na maioria das vezes, são propostos por escrito aos respondentes e neste caso costumam ser designados como questionários auto-aplicados. (GIL, 1999).

Depois de realizado o contato com todos os alunos evadidos e posicionados com relação ao assunto da pesquisa bem como com relação à importância da mesma para o autor e principalmente para a instituição pesquisada, foi enviado o questionário de forma eletrônica através da ferramenta “Google Docs”²³. As respostas foram sendo armazenadas automaticamente na medida em que os respondentes concluíam o questionário e efetuavam o processo de submissão; armazenamento este que teve como meta confeccionar um banco de dados para realizar a análise estatística das respostas, pois, como informa Gil (1999), após o levantamento, agrupar os dados em tabelas facilita a aplicação de análise estatística, onde as variáveis em questão podem ser codificadas, permitindo o uso de correlações e outros procedimentos estatísticos.

5.5-Os procedimentos de análise em detalhes

As respostas recebidas foram organizadas num arquivo eletrônico gerado de forma automática. A maioria delas era fechada visando facilitar a parametrização e a realização de tratamento estatístico sobre os dados. As informações passaram por um processo de tabulação sendo que na sequência foram organizadas de forma a serem representadas através de gráficos que são mais indicados para termos uma visão rápida a respeito das variáveis as quais tais dados se referem e representações numéricas que possibilitam uma inspeção mais rigorosa dos dados²⁴.

Nas palavras de Gil (1999), tabular significa agrupar e contar os casos que estão nas várias categorias de análise sendo que a tabulação pode ser do tipo simples ou cruzada, a do primeiro tipo consiste na simples contagem das frequências das categorias de cada conjunto enquanto na cruzada a contagem das frequências ocorre simultaneamente em dois ou mais conjuntos de categorias como é o caso da tabulação dos dados provenientes de renda e escolaridade.

Após a fase de tabulação dos dados, iniciou-se a fase de análise objetivando traçar um paralelo desde o perfil do respondente bem como sua trajetória profissional e escolar durante a permanência no curso com a intenção de perceber as possíveis relações existentes entre as

²³ O Google Docs é um serviço para Web, Android e iOS que permite criar, editar e visualizar documentos de texto e compartilhá-los com amigos e contatos profissionais. Esta ferramenta pode salvar os arquivos tanto no drive online do Google quanto na memória do dispositivo e permite trabalhar de forma desconectada.

²⁴ Neste caso optou-se por tabela.

informações provenientes da análise dos dados coletados e os três grandes eixos elencados no capítulo 1 (problemas pessoais, sociais e econômicos).

5.6-Perfil dos respondentes

Antes mesmo de estudar os motivos da evasão discente, se fez importante a apresentação do perfil dos respondentes de forma a traçarmos um mapa mental que possa indicar qualquer relação entre este e os motivos apresentados para a evasão discente. Com relação à faixa etária: 5 respondentes possuíam de 19 a 25 anos; 4 respondentes, de 26 a 30 anos; 3 respondentes, de 13 a 18 anos; 1 respondente, de 31 a 40 anos e 2 respondentes acima de 41 anos. Com relação ao sexo, 9 respondentes eram do sexo masculino e 6 respondentes eram do sexo feminino e com relação ao estado civil, 10 respondentes eram casados e 5 respondentes eram solteiros.

A renda familiar também foi mensurada, pois sempre esteve relacionada à educação, seja ela como forma de acesso, permanência ou mobilidade sócio-econômica. (IV SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 2014). Neste caso, 1 respondente apontou renda de até um salário mínimo, 6 respondentes apontaram renda maior que um salário mínimo e menor ou igual a 2; 6 respondentes demonstraram ter renda maior que 2 salários mínimos e menor que 5; 1 respondente apontou uma renda maior que 5 salários mínimos e menor que 10 e outro respondente afirma ter renda familiar acima de 10 salários mínimos.

Foi levantado o grau de instrução do chefe de família pois a escolaridade dos pais indica como os recursos culturais são distribuídos entre os membros da família e são estes mesmos recursos que impulsionam o clima educacional dos mais jovens. A escolarização dos filhos está diretamente relacionada à escolarização dos pais, ou seja, quanto maior a escolaridade dos pais maior será também a dos filhos, uma vez que pessoas mais instruídas sabem da importância dos estudos e podem incentivar os estudos dos filhos, bem como apoiá-los de forma mais intensa. (IV SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 2014). Dos chefes de família, 4 possuem ensino fundamental completo, 6 possuem o ensino médio completo, 1 possui o ensino técnico completo e 4 possuem curso superior completo.

A situação profissional do respondente antes de ingressar no curso também foi levada em consideração, pois pode ocorrer o fato da pessoa não estar trabalhando e por questões de

complementação de renda, ter que abandonar o curso para trabalhar; situações que podem levar a maiores dificuldades no curso por não trabalhar e, assim, não ter nenhum contato básico com a área de informática, acabando por não acompanhá-lo. Da análise deste quesito, os dados se posicionaram da seguinte forma: 9 respondentes somente trabalhavam, 4 respondentes somente estudavam e 2 respondentes estudavam e trabalhavam. Dos 11 que disseram estar trabalhando, 6 disseram que o emprego não tinha relação com o curso, 5 disseram que o trabalho era um pouco relacionado com o curso e 1 disse que seu trabalho era bem relacionado com o curso.

Com o intuito de prover ao leitor uma visão clara sobre as respostas, o tópico a seguir traz a tabela com os dados a partir do questionário enviado. Vale lembrar que os números indicam pesos que variam de 0 a 10 para as questões, onde 0 indica que aquele item não teve nenhum grau de importância na decisão e 10 indica que o item teve total influência na decisão. A título de exemplo, quando o respondente R12 pontua com 0 a necessidade de ter um diploma técnico, está afirmando que este item não gerou nenhuma motivação para fazer o curso. Quando indica peso 10 para o fato de querer adquirir novos conhecimentos, está afirmando que este item teve plena importância no peso de sua decisão²⁵.

²⁵ Vale lembrar que a escolha de R12 para o exemplo foi aleatória.

Tabela 5 – As respostas dos alunos evadidos.

Eixo	Bloco	Item	Respondente															
			R 1	R 2	R 3	R 4	R 5	R 6	R 7	R 8	R 9	R 10	R 11	R 12	R 13	R 14	R 15	
Fatores pessoais	Interesse pessoal pelo curso	Vontade de adquirir novos conhecimentos	2	9	10	10	10	10	10	10	10	9	6	10	10	10	10	
		Sempre gostei da área de informática	3	5	3	10	10	10	10	10	10	7	6	10	9	5	10	5
		Necessidade de ter um diploma de técnico	4	6	3	5	2	10	10	8	7	2	10	0	0	5	8	
	Motivação	Minha família deu apoio	2	8	9	10	0	10	0	0	8	2	2	6	10	5	5	
		Motivação extra familiar	7	7	2	4	0	10	0	10	0	6	7	0	0	5	10	
		Motivação própria	3	0	9	10	10	10	10	10	9	1	7	10	8	10	5	
		Fui forçado a fazer o curso	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Fatores relacionados à instituição	Sobre a escola	Procurei o curso porque ouvi falar bem do curso e da escola	0	6	9	10	10	10	10	10	5	6	10	6	5	3	10	
		Almejei entrar no mercado de trabalho através de estágio	6	6	0	0	5	10	3	10	0	6	10	0	0	3	9	
		Procurei o curso pela gratuidade	1	5	9	10	8	0	0	10	5	6	0	8	0	6	5	
	Relação curso/mercado de trabalho	Procurei o curso por conta da localização da escola	4	1	0	0	3	0	0	5	0	0	0	0	0	5	0	
		Conhecia a escola e a filosofia do curso	3	1	1	10	10	0	10	10	0	0	0	7	0	0	0	
		Vi no curso uma possibilidade de aumentar meu salário	0	4	0	5	0	0	5	10	5	1	8	0	0	10	7	
		Vi no curso uma possibilidade de mudar de emprego	1	5	0	5	8	9	5	10	5	0	8	0	0	10	7	
Fatores políticos	Curso/área bem valorizados	2	3	5	5	10	9	10	10	2	5	8	8	5	10	7		
	Facilidade de absorção pelo mercado de trabalho	3	4	9	5	7	9	5	10	0	5	9	8	2	7	8		
	Atuo na área e quero melhorar profissionalmente	4	0	0	5	0	9	0	0	0	1	9	0	0	1	0		
Fatores pessoais	Principais dificuldades encontradas	Exigência da empresa em que eu trabalhava	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		Dificuldade em conciliar o curso técnico com outro curso	1	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	2	0	
		Falta de identificação com o curso	1	8	2	5	0	0	0	5	3	4	0	10	0	2	6	

(Continuação)

Eixo	Bloco	Item	Respondente														
			R 1	R 2	R 3	R 4	R 5	R 6	R 7	R 8	R 9	R 10	R 11	R 12	R 13	R 14	R 15
Fatores individuais que me fizeram abandonar o curso		Falta de afinidade com a área/profissão	2	0	9	5	0	0	0	0	0	0	0	10	0	0	6
		Não via importância no que estava estudando	3	0	1	5	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0
		Não considerava o curso atrativo	3	4	1	5	0	0	0	0	1	0	0	10	0	0	3
		Fui para a modalidade superior	3	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	3	0
		Falta de aulas práticas	2	0	1	5	0	10	0	0	5	3	0	3	0	5	0
		Falta de aulas mais didáticas	2	0	1	5	0	0	0	0	0	1	0	7	0	3	0
		Dificuldade junto aos procedimentos de avaliação	3	0	1	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	1	9
		Dificuldade de relacionamento com os professores	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
		Dificuldade de relacionamento com os colegas	1	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0
		Dificuldade de relacionamento durante a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso	5	0	0	0	0	0	0	0	5	6	0	0	0	6	0
		Dificuldades financeiras para me manter no curso	2	0	0	0	0	10	0	0	0	4	0	0	0	0	0
		Necessidade de trabalhar e estudar ao mesmo tempo	6	3	0	0	0	10	10	0	7	6	0	0	0	7	3
		Não sentia motivação para continuar o curso	2	4	0	10	0	0	0	8	7	3	0	8	0	0	5
		A escola não me possibilitava recuperação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Fatores relacionados à instituição	Falta de apoio ao aluno	Falta de apoio pedagógico: monitorias, aulas extras	0	0	8	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0
Falta de apoio psicológico na fase de pré evasão	2			0	8	0	0	9	0	0	5	5	0	2	0	9	
Falta de apoio psicológico na fase de pós evasão	4			0	0	0	0	9	0	0	2	6	0	2	0	6	
Falta de monitoramento da frequência	5			8	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	2	

(Continuação)

Eixo	Bloco	Item	Respondente														
			R 1	R 2	R 3	R 4	R 5	R 6	R 7	R 8	R 9	R 10	R 11	R 12	R 13	R 14	R 15
		Não via um ensino de qualidade com professores motivados	2	0	0	0	0	0	0	0	7	6	0	0	0	0	0
		Não via um ensino de qualidade com professores com boa didática	5	0	0	0	0	0	0	0	5	4	0	7	0	0	6
		Falta de material de apoio às disciplinas	2	0	8	0	0	0	0	0	1	4	0	8	0	1	0
Fatores políticos	Interferências relacionadas ao trabalho	Problema para gerenciar horários de estudo e trabalho	4	7	0	0	0	10	10	0	0	2	0	0	0	7	4
		Não acreditei que o curso me ajudaria a entrar no mercado de trabalho	5	7	0	5	0	10	0	0	5	0	0	0	0	5	0

Fonte: Elaborado pelo autor com base no arquivo de respostas, 2016.

5.7-Justificativas apresentadas

Todas as questões do objeto de pesquisa (questionário) constavam de um campo aberto para que o respondente pudesse expressar sua opinião de forma a complementar a resposta, caso as respostas fechadas não contemplassem seus anseios. Sendo assim, 10 dos 15 respondentes usaram estes campos com colocações bastante importantes de forma a melhor traçar tanto o perfil do respondente como também entender melhor sua decisão, portanto, os parágrafos a seguir descrevem tais justificativas:

No eixo “Fatores pessoais”, no bloco “Interesse pessoal pelo curso” R8²⁶ afirma almejar conseguir um emprego; R12 afirma ter procurado o curso por satisfação pessoal e R13 afirma procurá-lo por necessidade de ampliar os conhecimentos na área.

No eixo “Fatores políticos”, no bloco “Relação do curso com o mercado de trabalho” R7 afirma ter procurado o curso visando ingressar num concurso público na área de apoio especializado.

No eixo “Fatores pessoais”, no bloco “Principais dificuldades encontradas” R5 afirma que não continuou o curso porque não estava habilitado na época e a escola era longe de casa; R7 afirma ter tido problemas em conciliar o curso com o trabalho e R12 afirma que o conteúdo fugia totalmente do que imaginava ser um Curso Técnico em Informática.

No eixo “Fatores pessoais”, no bloco “Fatores individuais que me fizeram abandonar o curso” R9 afirma ter dificuldade principalmente com as disciplinas de Lógica de Programação e Bancos de Dados apesar de afirmar ainda ter tido problema com 50% das disciplinas, porém, além destas duas, não especificou quais foram as demais.

No eixo “Fatores relacionados à instituição”, no bloco “Falta de apoio ao aluno” R4 afirma que deveriam ser estipuladas metas a alguns professores e fiscalizadas com rigor, pois alega ter interrompido o curso por perceber que não terminaria com o aprendizado prometido; R9 afirma que nas aulas da matéria “X” o professor passava atividades, porém demonstrava estar mais preocupado com outros afazeres de forma que a sala mal sabia o que estava fazendo, quando questionado o docente não desenrolava a matéria e que muitas vezes só conseguia obter o entendimento após pesquisas em casa e R12 salienta que um ou dois professores não dominavam o conteúdo, recorrendo a uma metodologia repetitiva e maçante.

No eixo “Fatores individuais”, no bloco “Justificativas para abandonar o curso” R2 afirma que após abandonar o curso foi cursar Técnico em Administração na mesma

²⁶ As letras “R” seguidas do número indicam o respondente. Exemplo: R8 indica o respondente de número 8, de 1 a 15.

instituição, porém também abandonou, pois começou a fazer Faculdade de Administração; R5 afirma que não tinha meios de ir ao curso; R6 salienta que teve que trabalhar em período controverso do horário do curso; R7 afirma não ter conseguido conciliar o curso com a jornada de trabalho; R8 salienta que parte da depressão na época fez ele se afastar de bastante coisa e o curso esteve entre elas (apesar de nunca ter informado à escola o real motivo da saída); R9 diz ter notado que o segundo semestre seria igual ao primeiro, com pouco aproveitamento, portanto, não continuou; R12 diz ter abandonado porque não estava gostando do curso, afirmou que estava na época no segundo ano do ensino médio quando começou o curso Técnico em Informática e que continuou cursando o ensino médio na mesma escola; R13 afirma ter ido cursar pós-graduação (especialização) na sua área e R15 diz ter abandonado por não ter aprendido o suficiente para o segundo módulo, também porque alguns professores não eram tão dedicados para fazer o aluno entender melhor, prejudicando assim os que tinham maior dificuldade e também porque começou a trabalhar.

5.8-Análises gerais

Para os casos utilizados nas análises abaixo foi levada em consideração a quantidade de respondentes que pontuaram peso para a questão e não o valor do peso pontuado, uma vez que para se trabalhar com a soma dos pesos há a necessidade de adotarmos médias e um grande risco que corremos é o problema do que a média aritmética pode ocultar.

5.9-Motivação para o ingresso no curso

A análise da tabela 5 nos permite concluir que, partindo das razões que levaram os alunos a procurarem o Curso Técnico em Informática temos dentro do eixo “Fatores pessoais” o interesse em adquirir novos conhecimentos na área de informática como prioritário, juntamente com a afinidade junto à área, que aparecem pontuados pelos respondentes R1 a R15 (todos), ainda que o respondente R1 tenha se mostrado menos interessado que os demais no que tange à aquisição de novos conhecimentos. Neste caso a relação que se pode inferir a partir da tabela 5 é que mesmo não tendo muita afinidade com a área as pessoas procuram o curso pela preocupação maior com a aquisição de conhecimentos onde 6 respondentes apontaram pesos maiores para o fator “aquisição de conhecimentos” do que “afinidade com a área”.

Outro fator bastante motivador é a preocupação com a aquisição de um diploma de curso técnico onde podemos notar que os respondentes: R1, R2, R3, R4, R5, R6, R7, R8, R9, R10, R11, R14 e R15 (13 respondentes) pontuaram tal questão, situação que deixa claro que a relação entre a busca de conhecimento e a afinidade pela área são maiores em relação ao diploma, porém, este último é um fator motivador, mesmo com peso menor que os anteriores (aquisição de conhecimento e afinidade com a área). Somente R12 e R13 (2 respondentes) não se mostraram preocupados com o diploma.

Ainda com base neste eixo de atuação nota-se que o incentivo pessoal em fazer o curso normalmente nasce da atitude própria como pontuado pelos respondentes: R1, R3, R4, R5, R6, R7, R8, R9, R10, R11, R12, R13, R14 e R15 (14 respondentes) conforme mostra a tabela 5; posteriormente pelo incentivo da família que atua como um elo importantíssimo neste sentido, somente R5, R7 e R8 (3 respondentes) afirmam não ter recebido tal apoio; depois pelo incentivo de pessoas fora do círculo familiar com exceção de R5, R7, R9, R12 e R13 (5 respondentes) que não tiveram tal apoio e por último por algum tipo de pressão (exigência da empresa, por exemplo) como aponta as respostas do respondente R1. Infere-se neste grupo de questões que em grande parte dos casos antes mesmo da motivação de cunho familiar ou extrafamiliar há a motivação própria.

Partindo para o eixo “Fatores relacionados à instituição”, os motivos que levaram os alunos pesquisados a procurarem o curso, são, na ordem dos mais prioritários para os menos prioritários, o fato de ter ouvido falar bem do curso e da própria instituição onde os respondentes desde R2 até R15(14 respondentes) pontuaram positivamente, provavelmente por alguém que já estudou na instituição e deu boas referências. Somente R1 não pontuou tal questão. Conhecer a filosofia do curso também foi um fator bastante motivador, fato que levou os respondentes R1, R2, R3, R4, R5, R7, R8 e R12 (8 respondentes) a afirmarem que sabiam o que seria estudado no curso e provavelmente ocorreu porque alguém passou a informação (alguém que cursou ou alguém da própria escola), portanto, estes dois itens trabalharam interligados.

Almejar entrar no mercado de trabalho através de oportunidades de estágio oferecidos pela própria escola também foi um fator bastante motivador para os respondentes e, neste caso R1, R2, R5, R6, R7, R8, R10, R11, R14 e R15 (10 respondentes) informaram ter levado este fator em consideração, ainda que com graus de importância bastante variados.

A procura do curso pela gratuidade também foi um fator de grande peso sendo que R1, R2, R3, R4, R5, R8, R9, R10, R12, R14 e R15 (11 respondentes) informaram peso neste quesito.

A localização da escola não se mostrou um fator tão prioritário com relação à procura, uma vez que somente R1, R2, R5, R8 e R14 (5 respondentes) demonstraram ter levado este quesito em consideração.

Com relação ao eixo “Fatores políticos” e ao bloco “Relação do curso com o mercado de trabalho”, a maior procura do curso ocorreu devido à valorização do mesmo e da própria área, o que levou os respondentes desde R1 a R15 a pontuarem; posteriormente, a possibilidade de ser absorvido pelo mercado de trabalho levou os respondentes R1, R2, R3, R4, R5, R6, R7, R8, R10, R11, R12, R13, R14 e R15 (14 respondentes) a pontuarem, excetuando somente R9; a probabilidade de mudar de emprego com a área levou os respondentes R1, R2, R4, R5, R6, R7, R8, R9, R11, R14 e R15 (11 respondentes) a pontuarem, excetuando os respondentes: R3, R10, R12 e R13 (4 respondentes); a possibilidade de aumentar o salário levou os respondentes R2, R4, R7, R8, R9, R10, R11, R14 e R15 (9 respondentes) a pontuarem, excetuando os respondentes R1, R3, R5, R6, R12 e R13 (6 respondentes). Com relação à melhora profissional após o curso, os respondentes R1, R4, R6, R10, R11 e R14 (6 respondentes), pontuaram, excetuando-se os respondentes R2, R3, R5, R7, R8, R9, R12, R13 e R15 (9 respondentes) não acreditaram nesta possibilidade e por último por exigência da empresa, situação em que somente R1 se manifestou.

5.10-Principais dificuldades encontradas

Com relação ao eixo “Fatores pessoais” várias foram as dificuldades apresentadas segundo a Tabela 5 e, de forma a facilitar o entendimento serão apresentadas na ordem das que tiveram maior frequência de pesos para as menores: na falta de identificação com o curso, os respondentes R1, R2, R3, R4, R8, R9, R10, R12, R14 e R15 (10 respondentes) pontuaram tal questão; falta de aulas práticas, os respondentes R1, R3, R4, R6, R9, R10, R12, R14 (8 respondentes) pontuaram tal questão; o ato de não considerar o curso atrativo foi pontuado pelos respondentes R1, R2, R3, R4, R9, R12, R15 (7 respondentes); falta de aulas didáticas, os respondentes R1, R3, R4, R10, R12, R14 (6 respondentes) pontuaram; falta de afinidade com a área/profissão, os respondentes R1, R3, R4, R12, R15 (5 respondentes) pontuaram; dificuldades junto aos procedimentos de avaliação, os respondentes R1, R3, R9, R14, R15 (5 respondentes) pontuaram; dificuldade em conciliar o curso técnico com outro curso, os respondentes R1, R3, R13, R14 (4 respondentes) pontuaram; falta de importância no que estava sendo visto, os respondentes R1, R3, R4, R12 (4 respondentes) pontuaram e ter ido

para uma modalidade superior, os respondentes R1, R3, R13 e R14 (4 respondentes) pontuaram.

5.11-Sobre a motivação para o abandono do curso

Com relação ao eixo “Fatores individuais”, item “fatores individuais que me fizeram abandonar o curso”: a necessidade de trabalhar e estudar ao mesmo tempo aparece em primeiro lugar como informado pelos respondentes: R1, R2, R6, R7, R9, R10, R14 e R15 (8 respondentes); dificuldade de relacionamento durante a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso foi citado pelos respondentes: R1, R9, R10 e R14 (4 respondentes); falta de motivação para continuar o curso foi mencionada pelos respondentes: R1, R2, R4, R8, R9, R10, R12 e R15 (8 respondentes); dificuldades financeiras foram citadas pelos respondentes: R1, R6 e R10 (3 respondentes); A dificuldade de relacionamento com professores e com os colegas foram citadas pelos respondentes R2 e R15 e pelos respondentes R2 e R9 respectivamente.

Eixo “Fatores relacionados com a instituição”, “item falta de apoio ao aluno” a falta de apoio psicológico na fase de pré-evasão aparece como fator prioritário de forma que os respondentes R1, R3, R6, R9, R10, R12 e R14 (7 respondentes), com relação à falta de apoio na fase de pós evasão, os respondentes R1, R6, R9, R10, R12 e R14 (6 respondentes), no quesito falta de material de apoio às disciplinas, os respondentes R1, R3, R9, R10, R12 e R14 (6 respondentes), na falta de qualidade do curso e de boa didática dos professores, os respondentes R1, R9, R10, R12 e R15 (5 respondentes), falta de monitoramento da frequência os respondentes R1, R2, R10 e R14 (4 respondentes), falta de motivação dos professores, os respondentes R1, R9 e R10 (3 respondentes), falta de apoio pedagógico: monitorias, aulas extras R3 e R9 pontuaram (2 respondentes).

No eixo “Fatores pessoais”, item “Interferências relacionadas ao trabalho”: problemas para gerenciar horários de estudo e trabalho foram pontuadas pelos respondentes: R1, R2, R6, R7, R10, R14 e R15 (7 respondentes) e em seguida a falta de credibilidade com relação a ingressar no mercado de trabalho com o curso foi pontuada pelos respondentes: R1, R2, R4, R6, R9 e R14 (6 respondentes).

5.12-Outras inferências importantes

Com base na Tabela 5 outras inferências podem ser feitas como a que mostra que no curso técnico fatores relacionados ao trabalho são os que mais pesam no processo de evasão e traçando um paralelo entre a renda familiar informada no momento da pesquisa percebe-se que quanto menor a renda familiar maiores são as dificuldades para se manter no curso²⁷. O respondente vê no curso uma possibilidade de mudar de emprego, reconhece que a área é bem valorizada, porém, aponta dificuldades financeiras para se manter no mesmo juntamente com a necessidade de estudar e trabalhar ao mesmo tempo, fatores que se colocam com grande influência para o abandono.

Com relação aos que trabalham, porém, o emprego não tem nenhuma relação com o curso é natural que tenham mais dificuldades em acompanhá-lo e neste rol de respostas percebe-se fatores apontados como: falta de identificação com o curso, falta de motivação para continuar, falta de apoio psicológico antes e depois da evasão discente, falta de material de apoios às disciplinas, falta de aulas práticas, descredito com o curso e problemas de didática.

Com relação aos que somente estudavam percebe-se que alguns fatores de peso para a evasão foram: falta de material de apoio, falta de apoio psicológico da própria escola junto ao aluno, desmotivação junto ao curso, pois não via a qualidade desejada nele, falta de material de apoio, falta de monitoramento da frequência. Apesar de existirem exceções como é o caso de R1 e R10 que apesar de afirmarem somente estudar mencionam problemas para conciliar estudos e trabalho nota-se que junto aos evadidos que não têm envolvimento de cunho profissional logicamente os problemas relacionados com a evasão discente são atribuídos quase em sua totalidade à instituição.

Concluindo, nota-se que os evadidos que têm renda menor apresentam maiores chances de se evadirem por questões de trabalho e acabam atribuindo com mais intensidade a responsabilidade da evasão discente a fatores externos à instituição e até mesmo a problemas individuais, os que somente estudam responsabilizam a instituição de forma geral e o curso como pivôs para o seu processo de evasão discente.

²⁷ Para esta contabilização foram levados em consideração os respondentes que pontuaram pesos acima do valor quatro.

5.13-Algumas análises específicas

Com base na tabela 5 e após a análise geral juntamente com as inferências segue uma análise detalhada de um dos respondentes feita a partir de uma escolha aleatória mediante sorteio. Neste caso foi escolhido o respondente 8.

Com base no conjunto de respostas, percebe-se neste respondente, grande entusiasmo com relação à aquisição de novos conhecimentos juntamente com a afinidade pela área de informática, apesar de não ter tido apoio da família, percebe-se grande motivação para fazer o curso além da grande valorização que o respondente atribui ao curso e à própria escola. Sobre a relação do curso com o mercado de trabalho, percebe-se que o respondente aposta no curso com relação à entrada no mercado de trabalho. Durante o desenrolar do curso vê-se o aparecimento de problemas de falta de identificação com o mesmo gerando certa desmotivação para continuar.

Portanto, nota-se a partir da análise específica de R8 juntamente com uma averiguação mais detalhada que apesar dos motivos terem alguma semelhança entre alguns respondentes, existe ainda o predomínio de motivos particulares como motivação para o abandono do curso.

5.14-Paralelo entre as respostas e o referencial teórico

Após as análises torna-se importante a comparação dos resultados alcançados com o referencial teórico adotado na intenção de ver se os motivos se matem ou apontam novas tendências.

Sobre a motivação para abandonar o curso, com base no tópico acima visualiza-se que a necessidade de trabalhar aparece como fator prioritário e quando comparado ao referencial adotado encontramos as pesquisas de Lara (2011), Johann (2012) e Moreira (2012) salientando que além de outros fatores, a maior causa do abandono está ligada à incompatibilidade entre estudo e trabalho. Moreira (2012) salienta em sua pesquisa que muitos evadiram principalmente devido à baixa renda de suas famílias, a qual os obrigou a abandonar os estudos para adentrarem no mercado de trabalho de forma antecipada, sem uma formação profissional ou de nível médio concluída. O problema relacionado à distância da escola foi relatado somente por um respondente (R5), porém foi encontrado junto ao referencial nos trabalhos de Lara (2011) e Rocha (2011). Os problemas relacionados à desmotivação docente, fatores pedagógicos, falta de aulas práticas e de material de apoio

levantados no tópico anterior com base na análise da tabela 5 foram encontrados também na pesquisa de Araújo (2012). Algumas disciplinas relacionadas ao Curso Técnico em Informática exigem muito mais engajamento por parte do aluno que muitas vezes acaba por não acompanhá-las como é o caso de R9 quando afirma ter tido dificuldade com Lógica de Programação e Bancos de Dados. Esta postura encontra respaldo na pesquisa de Bonfim (2012) ao analisar o Curso Técnico em Informática (PROEJA) e afirmar que dificuldades relacionadas a determinadas disciplinas do curso foi uma das causas que levou muitos alunos à desistência. Cravo (2012) atuou junto ao Curso Técnico em Informática da Faculdade de Tecnologia de Florianópolis e aponta como principais motivos a falta de identificação com o curso além de outros problemas relatados como: horários incompatíveis, dificuldades de aprendizagem, mudança de curso, mudança de cidade, doença, falta de nivelamento das turmas e desistência visando à preparação para os vestibulares.

Com relação às pesquisas realizadas junto ao CETEEPS, Detregiachi Filho (2012) que analisou o Curso de Informática da FATEC de Garça generaliza dizendo que além dos fatores acadêmicos, situações econômicas também pesam no processo de evasão discente. Yokota (2015) também efetuou sua pesquisa junto à ETEC Jorge Street e concluiu que problemas financeiros, deficiências na formação dos alunos, problemas de didática dos professores e falta de preparação das aulas são fatores que mais levam à evasão discente junto aos cursos pesquisados.

5.15-Conclusão

Analisando a Tabela 5 juntamente com as justificativas apresentadas pelos respondentes, desde a motivação para o ingresso até os motivos para a desistência, nota-se que há grande predominância de fatores relacionados com a escola como o comprometimento da equipe docente, o amparo ao aluno com relação a material didático para acompanhamento das disciplinas além de questões de cunho psicológico, as quais o respondente trata como falta de apoio ao aluno.

Além destes, problemas relacionados a fatores pessoais como a falta de identificação com o curso, a dificuldade com algumas disciplinas da área tecnológica, juntamente com problemas relacionados a questões profissionais também se colocaram como prioritários para a evasão discente, situação que ao estabelecer uma relação com o referencial teórico não

trouxe grandes surpresas, pois houve tendência à sustentação das hipóteses anteriormente levantadas.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema da evasão discente é crônico em todo o Brasil e atravessa todas as modalidades de ensino incluindo a educação profissional, a qual traz consigo alguns agravantes que se manifestam de forma mais intensa como é o caso da estruturação recente do ensino profissional demarcada por portarias, decretos e demais legislações que fizeram com que o foco desta modalidade de ensino se voltasse até recentemente para a democratização da mesma sem se preocupar com a permanência. Esta visão infiltrada no ensino profissional traz um fator adicional que é a carência de pesquisas de acordo com o levantamento bibliográfico e que culmina com ausência de dados mais precisos de forma a melhor identificar e criar estratégias mais alicerçadas para tratar as inúmeras variáveis que sustentam os pilares da evasão discente.

Outro fator considerado de fragilidade é a visão inicialmente assistencialista desta modalidade de ensino conforme detalhado no segundo capítulo configurando a ideia de ensino acabado, portanto, sem poucas perspectivas de continuidade em modalidades superiores e que visa o ingresso rápido junto ao mercado de trabalho juntamente com a ideia de resgate do indivíduo de situações de vulnerabilidade.

Além destes dois pontos, a partir da análise dos dados notam-se inúmeros problemas que interferem na permanência do aluno no curso, os quais podem ser agrupados como problemas relacionados à instituição como: questões pedagógicas, a estrutura da escola e apoio ao aluno; como problemas políticos podemos envolver todo o sistema político, econômico, cultural e social e por fim os problemas pessoais como: a trajetória escolar do aluno, aspectos que despertam sua motivação, problemas culturais e familiares, sua estrutura psicogenética, seus recursos, competências, habilidades, dentre outros que exercem grande poder de tomada de decisão e/ou sofre fortes influências com relação à permanência.

Sendo assim, os desafios relacionados à amenização do fenômeno são gigantescos devido ao grande número de variáveis envolvidas juntamente com os diferentes graus de complexidade associados a cada uma delas. De acordo com a pesquisa realizada e acompanhando as ações do CEETEPS e as internas da instituição pesquisada conclui-se que algumas atitudes já vêm sendo tomadas objetivando a amenização do problema como descrito nos capítulos anteriores, porém outras ações são necessárias como: envolvimento de toda a equipe num processo de monitoramento constante do aluno, visando identificar e trabalhar os

fatores internos que o levam a desistir do curso, pois somente conhecendo as diversas causas do problema, poderão ser traçados objetivos e estratégias para lidar com a temática.

Tratando mais especificamente da instituição pesquisada e elaborando um confronto de informações visando mostrar porque o aluno procura o curso e depois não o finaliza nota-se que o curso é bem divulgado na região, que as pessoas procuram-no por querer aprimorar os conhecimentos na área e por ouvirem falar bem da escola e do curso e posteriormente, com relação ao abandono, dentre os principais problemas que levaram os respondentes a não finalizarem o mesmo estão: a falta de identificação, a falta de aulas mais didáticas e a própria falta de interesse, relatos que automaticamente cobram da instituição ações no sentido de haver maior sincronia principalmente com relação ao nome do curso e o que é abordado nele bem como atitudes no sentido de aprimoramento pedagógico de forma a tornar as aulas mais atraentes.

Muitos relataram ainda terem tido sérios problemas de incompatibilidade entre horários de trabalho e estudos, falta de motivação para continuar e problemas de relacionamento com colegas e até com professores. Com relação a este item, subentende-se que com relação à incompatibilidade pouco pode ser feito uma vez que o curso já é no período noturno; com relação à falta de motivação ela pode ser proveniente de questões pessoais e aí cabe o apoio psicológico a partir de profissionais como o orientador educacional (profissional que as ETECs passaram a ter após o período levantado) ou psicólogos, ação que poderia ser considerada uma inovação a existência deste tipo de profissional nas unidades, pois, como informado pela maioria dos respondentes, o desamparo psicológico principalmente no processo de pré-evasão discente é uma das causas da evasão discente e neste sentido a presença destes profissionais poderia trazer benefícios.

Diante dos estudos tanto das bibliografias consultadas bem como a partir dos dados coletados conclui-se que ações como: acompanhamento do desempenho escolar do aluno, controle rigoroso de faltas, atualização frequente da grade de forma a destacar a sintonia do curso com o mercado de trabalho, apresentação da demanda de empregabilidade na área do aluno, adoção de estratégias pedagógicas em matérias com maior retenção de alunos, frequentes atualizações docentes visando à formação didática e pedagógica dos professores bem como ações que visam melhora na motivação docente, boa dosagem de aulas práticas bem como a importância de cada disciplina para o curso e para o mercado de trabalho, equilíbrio entre as aulas e visitas técnicas, boa divulgação de vagas de estágio bem como parcerias e convênios com empresas locais, recursos humanos para apoio aos alunos, como psicólogos, assistentes sociais, orientadores educacionais, além de apoio e reforço para os

alunos com dificuldades são pontos que devem ser trabalhados com seriedade e comprometimento tanto dentro das instituições como também junto aos membros do poder público de forma a pelo menos amenizar o fenômeno.

Dadas as inúmeras variáveis envolvidas no processo de evasão discente e que merecem análise e acompanhamento minucioso, considera-se este estudo como mais uma compilação de resultados obtidos tanto das bibliografias consultadas como também a partir do processamento dos dados obtidos junto aos respondentes, dados estes que vieram enriquecer a fala de outros pesquisadores, mas que de forma alguma fecham o assunto em si, contrariamente, abrem um leque gigantesco para novas pesquisas sobre o fenômeno uma vez que os investimentos em cursos profissionais são bastante altos, as taxas de evasão discente continuam gigantescas e poucas pesquisas nesta modalidade de ensino são encontradas, o que deixa claro que os estudos sobre o fenômeno ainda precisam ser mais solidificados a fim de que estratégias mais bem sucedidas possam ser adotadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E WEBGRÁFICAS

ALMEIDA, J. R. P. de. **História da Instrução Pública no Brasil (1500 – 1889) – História e Legislação**. 2. ed. São Paulo: Educ, 2000.

ARAÚJO, C. F. de. A educação profissional de nível médio e os fatores internos/ externos às instituições que causam a evasão escolar. **The 4th International Congress University Industry Cooperation**, Taubaté, p. 1 – 17, dez. 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/z5X5rb>>. Acesso em: 19 jan. 2016.

BABBIE, E.; CEZARINO, Tradução de Guilherme. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 519p.

BARBACOVİ, L. J. **O professor da Educação Profissional e a conectividade orgânica entre formação e prática docente: Um estudo do IFET sudeste de Minas Gerais**. 2011. 146 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/8Ov7f4>>. Acesso em: 01 mai. 2016.

BEISIEGEL, C. R. **A qualidade do ensino da escola pública**. Brasília: Liber Livro. 2006.

BÔAS FILHO, M. A. V. **O papel do currículo na formação do administrador de empresas: o caso do curso de administração de empresas da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES**. 2001. 96 f. Dissertação (Mestrado em Administração)-Universidade Federal do Espírito Santo, Belo Horizonte, 2001. Disponível em: <<http://goo.gl/6l2TR3>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

BONAMINO, A. M. C. Marcos históricos na reforma da educação. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 52, jan./mar. 2013.

BONFIM, S. V. M. da S. **A problemática da evasão de estudantes vinculados ao Proeja no IF Baiano – Campus Guanambi**. 2012. 56 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola)-Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/kYIndS>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

BRASIL. Constituição (1937). Constituição nº 04, de 10 de novembro de 1937. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, 10 nov. 1937. Disponível em: <<http://goo.gl/GuDu9p>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: <<http://goo.gl/lhpcLM>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

_____. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Arts. 39 A 42 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 abr. 1997. Disponível em: <<http://goo.gl/f51XRI>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

_____. Decreto-Lei, de 06 de outubro de 1969. Cria, como entidade autárquica, o Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 07 out. 1969. Disponível em: <<https://goo.gl/1QXZi4>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

_____. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: <<http://goo.gl/L5yqqL>>. Acesso em: 07 jan. 2016.

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 dez. 1961. Disponível em: <<http://goo.gl/ukHEbE>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

_____. Lei nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Arts. 39 a 41 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e dá Outras Providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 jul. 2004. Disponível em: <<http://goo.gl/9LXMWV>>. Acesso em: 18 mai. 2016.

_____. Lei nº 5.524, de 05 de novembro de 1968. Dispõe sobre O Exercício da Profissão de Técnico Industrial de Nível Médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 nov. 1968. Disponível em: <<http://goo.gl/UWTRdR>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus, e dá Outras Providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 ago. 1971. Disponível em: <<http://goo.gl/DxF6XL>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

_____. Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978. Dispõe sobre a Transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras Providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 04 jul. 1978. Disponível em: <<http://goo.gl/B76ooy>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

_____. Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993. Dispõe sobre a Criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras Providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 01 jul. 1993. Disponível em: <<http://goo.gl/QlMNYJ>>. Acesso em: 09 abr. 2016.

_____. Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993. Transforma as Escolas Agrotécnicas Federais em Autarquias e dá Outras Providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 nov. 1993. Disponível em: <<http://goo.gl/7AVqFn>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

_____. Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a Instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras Providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 09 dez. 1994. Disponível em: <<http://goo.gl/BSJUH7>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece As Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <<http://goo.gl/sNjgRC>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

_____. Projeto de Lei nº 00236, de 22 de outubro de 1996. Dispõe sobre A Educação Profissional em Nível Nacional e da Outras Providências. **Projeto de Decreto Legislativo**, Brasília, 01 out. 1993. Disponível em: <<http://goo.gl/4bxFMm>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

BRUNO, E.; ABREU, L. **O coordenador pedagógico e a questão do fracasso escolar.** In: ALMEIDA, L.; PLACCO, V. (orgs). *O coordenador pedagógico e questões da contemporaneidade.* São Paulo: Loyola, 2006.

BUENO, J. L. O. **A evasão de alunos.** Ribeirão Preto: FFCLRP-USP, 1993. p. 9-16.

CEETEPS. **Banco de Dados da Cetec.** Disponível em: <<http://bdcetec.azurewebsites.net/index.php>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. **Plano de Curso de Técnico em Informática.** Disponível em: <<https://goo.gl/2mCHh0>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

_____. **Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”.** Disponível em: <<http://goo.gl/drTquI>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

CRAVO, A. C. Análise das causas da evasão escolar do curso técnico de informática em uma faculdade de tecnologia de Florianópolis. **Revista Gestão Universitária na América Latina-Gual**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p.238-250, ago. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/ytQmCT>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

CUNHA, A. M.; TUNES, E.; SILVA, R. R. da. Evasão do curso de química da Universidade de Brasília: a interpretação do aluno evadido. **Química Nova**. Brasília, v. 24, n. 1, p.262-280, maio 2001. Disponível em: <<http://goo.gl/q3yzOG>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização.** 2º. ed. São Paulo: Unesp, 2005.

DETREGIACHI FILHO, E. **A evasão escolar na educação tecnológica: estudo de uma unidade do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.** 2012. 127 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/7FcyiE>>. Acesso em: 08 abr. 2016.

ETEC Ídio Zucchi. **Plano Escolar 2015.** Disponível em: <<https://goo.gl/PdNoI8>>. Acesso em: 08 ago. 2016.

GADOTTI, M. **O projeto político pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para a cidadania.** 1994. Disponível em: <<https://goo.gl/1PwWA7>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

GAIOSO, N. P. de L. **O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil.** 2005. 75 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

GUIMARÃES, S. L. **A entrevista de acolhimento e o contrato de trabalho pedagógico como uma possibilidade frente à evasão escolar em um curso superior de tecnologia.** 2012. 71 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) - Universidade

Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/m8fn0J>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

IV SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 2014 Belo Horizonte. **Anais IV SENEPT 2014**. Belo Horizonte: Centro Federal de Educação Profissional-CEFET-MG, 2014. Disponível em <<https://goo.gl/u3szsh>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

JOHANN, C. C. **Evasão escolar no Instituto Federal Rio-Grandense**: um estudo de caso no campus passo fundo. 2012. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/7q0h1g>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

KUENZER, A. Z.; (ORG). **Ensino médio**: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michele. **Pesquisa pedagógica**: do projeto à implementação: Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2008. 328 p.

LARA, P. J. de. **Educação de jovens e adultos**: perspectivas e evasão no município de Cárceres-MT. 2011. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/jIFXmT>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

LOPES, L. R. **O Marketing nas IES privadas da Bahia**: um estudo sobre o nível de conhecimento e potencialidades de uso do marketing, e sobre as aspirações e necessidades dos estudantes candidatos. 2006. 172 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/hKEVw9>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

MACHADO, M. R. **A evasão nos cursos de agropecuária e informática / Nível técnico da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes/MG (2002 a 2006)**. 2009. 65 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/3Td4rw>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

MACHADO, S. P.; MELO FILHO, J. M.; PINTO, A. C. A evasão nos cursos de graduação de química. Uma experiência de sucesso feita no instituto de química da Universidade Federal do Rio de Janeiro para diminuir a evasão. **Química nova**, Rio de Janeiro, Vol. 28, Suplemento, S41-S43. 2005. Disponível em: <<http://goo.gl/ugyPGF>>. Acesso em: 29 mai. 2016.

MANFREDI, S. M. **História da Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MENEZES, E. T. de; SANTOS, T. H. dos. Verbete Reforma Capanema. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/reforma-capanema/>>. Acesso em: 04 de out. 2016.

MOREIRA, P. R. **Evasão escolar nos cursos técnicos do Proeja na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais**. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/Lyw6LP>>. Acesso em: 19 mai. 2016.

OLIVEIRA JÚNIOR, W. **A formação do professor para a educação profissional de nível médio: tensões e intenções.** 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/MLNcFg>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

OLIVEIRA, R. Empresariado industrial e a educação profissional brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 249-263, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n2/a04v29n2.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

PORTUGAL. Côrte Portuguesa. Alvará de Proibição de Fábricas e Manufatura no Brasil nº 10. **Alvará que Proíbe as Fábricas e Manufaturas no Brasil.** Portugal. Disponível em: <<http://goo.gl/5kjHIR>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

QUEIROZ, L. D. Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar na inclusão escolar. 2000. **SEDUC.** Disponível em: <<http://goo.gl/pSTSDC>>. Acesso em: 04 mar. 2016.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto nº 19.560, de 05 de janeiro de 1931. Aprova o Regulamento que Organiza a Secretaria de Estado do Ministério da Educação e Saúde Pública. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 10 jan. 1931. Disponível em: <<http://goo.gl/nA2TpW>>. Acesso em: 08 fev. 2016.

_____ (Estado). Decreto nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei Orgânica do Ensino Industrial. **Consolidação das Leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, 31 dez. 1942. Disponível em: <<http://goo.gl/4F37g0>>. Acesso em: 09 fev. 2016.

_____ (Estado). Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942. Estabelece As Bases de Organização da Rede Federal de Estabelecimentos de Ensino Industrial. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, 27 fev. 1942. Disponível em: <<http://goo.gl/elo8bY>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

_____ (Estado). Decreto nº 4.984, de 21 de novembro de 1942. **Dispõe Sobre a Aprendizagem nos Estabelecimentos Industriais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.** **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 24 nov. 1942. Disponível em: <<http://goo.gl/VhTzQ1>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

_____ (Estado). Decreto nº 47.038, de 16 de outubro de 1959. Aprova o Regulamento do Ensino Industrial. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 16 out. 1959. Disponível em: <<http://goo.gl/KsZLRX>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

_____ (Estado). Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. **Cria nas Capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, Para O Ensino Profissional Primário e Gratuito.** Rio de Janeiro, RJ, 26 set. 1909. Disponível em: <<http://goo.gl/STF4sf>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

_____ (Estado). Decreto nº 787, de 11 de setembro de 1906. **Criação de Quatro Escolas Profissionais no Estado.** Rio de Janeiro, RJ.

_____ (Estado). Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. Dispõe Sobre Nova Organização Escolar e Administrativa dos Estabelecimentos de Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá Outras Providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 16 fev. 1959. Disponível em: <<http://goo.gl/PPJOrg>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

ROCHA, W. M. da. **Educação de jovens e adultos e a evasão escolar**: o caso do Instituto Federal do Ceará Campus Fortaleza. 2011. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/Jah10f>>. Acesso em: 09 jul. 2016.

SANTOS, J. A. dos. **A trajetória da educação profissional**: In: Lopes, et al. (org.). 500 anos de educação no Brasil. 2ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 14.557, de 22 de setembro de 2011. Dá denominação à Escola Técnica que especifica. **Imprensa Oficial**, São Paulo, 22 set. 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/UqMRG7>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

_____ (Estado). Decreto nº 50.532, de 16 de fevereiro de 2006. Transfere da administração da Secretaria da Educação para a da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico o imóvel para a instalação de uma Escola Técnica na cidade de Bebedouro. **Imprensa Oficial**, São Paulo, 16 fev. 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/vELRIC>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

_____ (Estado). Decreto nº 50.887, de 16 de junho de 2006. Cria a Escola Técnica Estadual de Bebedouro, no Município de Bebedouro. **Imprensa Oficial**, São Paulo, 16 fev. 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/xo2LnV>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p.152-180, abr. 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/JXMTgl>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; RIBEIRO V. M. **Tempos de Capanema**. 1ª ed. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1984.

SÍTIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO. Site oficial do município. Disponível em: <www.bebedouro.sp.gov.br/portal>. Acesso em: 10 jan. 2017.

SÍTIO DA ETEC ÍDIO ZUCCHI. Cursos oferecidos. Disponível em: <<http://www.etcbebedouro.com.br/>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

SNYDERS, Georges. **Reflexão sobre a alegria na escola a partir de textos literários**. Tradução de Cátia Aida Pereira da Silva. Primeira Parte. In: SNYDERS, Georges. **Reflexão sobre a alegria na escola a partir de textos literários**. São Paulo: Paz e Terra, 1993. p. 09-95. Disponível em: <<https://goo.gl/47dhed>>. Acesso em: 19 mai. 2016.

YOKOTA, M. S. F. **Evasão no ensino técnico e técnico integrado ao médio**: um estudo de caso nos cursos técnicos em eletrônica, informática e mecatrônica da ETEC Jorge Street do Centro Paula Souza. 2015. 98 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/Bs03Ok>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS**Questões de cunho pessoal****1-Faixa etária (anos) na época em que se ingressou no curso**

- A-13 a 18
- B-19 a 25
- C-26 a 30
- D-31 a 40
- E-41 ou mais

2-Sexo

- A-Masculino
- B-Feminino

3-Estado civil no momento do curso

- A-Solteiro(a)
- B-Casado(a)
- C-União não formalizada
- D-Separado(a)
- E-Desquitado(a)
- F-Viúvo(a)

4-Tinha filhos na época do curso?

- A-Sim Quantos?_____ Quem cuida para você estudar?_____
- B-Não

5-Qual era a média de renda de sua família na época em que você estudava no técnico?

- A-Até1 salário mínimo – R\$ 788,00
- B-Até2 salários mínimos – De R\$ 789,00 a R\$ 1576,00
- C-De 2 a 5 salários mínimos –De R\$ 1577,00 a R\$ 3940,00
- D-De 5 a 10 salários mínimos – De R\$ 3941,00 a R\$ 7880,00
- E-Acima de 10 salários mínimos – Mais de R\$ 7881,00.

6-Qual era o grau de instrução do chefe de sua família naquela época do curso?

- A-Pós graduado
- B-Ensino superior completo
- C-Ensino superior incompleto
- D-Curso técnico completo
- E-Curso técnico incompleto
- F-Médio completo
- G-Médio incompleto
- H-Fundamental completo
- I-Fundamental incompleto
- J-Analfabeto

7-Qual era sua atividade diária antes de entrar no curso de Técnico em Informática?

- A-Eu somente trabalhava
- B-Eu somente estudava
- C-Eu estudava e trabalhava
- D-Eu não estudava e nem trabalhava

8-No período em que ficou no curso supondo que você trabalhava seu trabalho

- B-Era totalmente relacionado com o curso
- C-Era bem relacionado com o curso
- D-Era um pouco relacionado com o curso
- E-Não tinha nenhuma relação profissional com o curso

9-Quando você se ingressou no curso?

A-1º semestre de 2009	G-1º semestre de 2012
B-2º semestre de 2009	H-2º semestre de 2012
C-1º semestre de 2010	I-1º semestre de 2013
D-2º semestre de 2010	J-2º semestre de 2013
E-1º semestre de 2011	K-1º semestre de 2014
F-2º semestre de 2011	L-2º semestre de 2014

Razões pelas quais procurei o curso técnico

Nas questões a seguir coloque um número de 0 a 100 na coluna da direita, na frente de cada item, indicando o peso que cada item teve para você.

10-Demanda profissional	Percentual
A. Vontade de adquirir novos conhecimentos	
B. Sempre gostei da área de informática	
C. Necessidade de ter um diploma de técnico	
D. Por outro motivo. Qual?	

11-Motivação familiar ou de outros fatores	Percentual
A. Minha família me deu apoio/forçou a fazer o curso	
B. Fui estimulado por outra pessoa (amigo, amiga, professor, etc.)	
C. Ninguém me estimulou, mas fui motivado pela necessidade de realização pessoal.	
D. Por outro motivo. Qual?	

12-Sobre a escola	Percentual
A. Procurei o curso de técnico em informática porque ouvi falar bem da escola e do curso	
B. Procurei a escola e o curso profissional almejando a entrada no mercado de trabalho através de estágio	
C. Procurei o curso por conta da gratuidade do mesmo	
D. Procurei o curso por conta da localização da escola	
E. Já conhecia a escola e a filosofia do curso de técnico em informática	
F. Por outro motivo. Qual?	

13-Relação do curso com o mercado de trabalho	Percentual
A. Vi no curso uma possibilidade de aumentar meu salário	
B. Vi no curso uma possibilidade de mudar de emprego	
C. Vejo que este curso/área é bem valorizada	
D. Percebo que o pessoal formado tem facilidade de ser absorvido pelo mercado de trabalho	

E. Já atuo na área de informática, mas quero melhorar profissionalmente.	
F. Não pensava em fazer, mas foi uma exigência da empresa em que eu trabalho/trabalhava.	
G. Por outro motivo. Qual?	

Sobre a decisão de abandonar o curso

14-Quando você abandonou o curso (mês/ano)? _____

15-Você passou por interrupção nos estudos antes de entrar no técnico em informática?

A-Sim, por ____ meses

B-Não.

16-Mencione em forma de percentual a(s) principal(is) dificuldade(s) com o curso encontrada(s) durante o período em que você se manteve nele.

17-Problemas com o curso e o conteúdo	Percentual
A. Dificuldade em conciliar o curso técnico com outro que realizei no mesmo período.	
B. Falta de identificação com o curso	
C. Nunca tive interesse, afinidade ou gosto pela área/profissão vista no curso.	
D. Não vi nenhuma importância naquilo que eu estava estudando no curso.	
E. Não considerava o curso atrativo	
F. Fui para um curso na modalidade de superior	
G. Falta de aulas práticas?	
H. Falta de aulas mais didáticas?	
I. Senti dificuldade junto aos procedimentos de avaliação do curso	
J. Outro motivo. Qual?	

18-Fatores individuais que me fizeram abandonar o curso	Percentual
A. Dificuldade de relacionamento com professores.	
B. Dificuldade de relacionamento com os colegas durante o curso?	
C. Dificuldade de relacionamento com os colegas durante a elaboração do	

Trabalho de Conclusão de Curso?	
D. Dificuldades financeiras para se manter no curso?	
E. Necessidade de trabalhar e estudar ao mesmo tempo?	
F. Dificuldade com a disciplina: (cite abaixo o nome da disciplina)_____	
G. Dificuldade com a disciplina: (cite abaixo o nome da disciplina)_____	
H. Dificuldade com a disciplina: (cite abaixo o nome da disciplina)_____	
I. Dificuldade com a disciplina: (cite abaixo o nome da disciplina)_____	
J. Dificuldade com a disciplina: (cite abaixo o nome da disciplina)_____	
K. Dificuldades financeiras para se manter no curso?	
L. Não sentia motivação para continuar no curso	
M. Outro motivo. Qual?	

19-Falta de apoio ao aluno	Percentual
A. A escola não me possibilitava recuperação	
B. Falta de apoio pedagógico: monitorias, aulas extras, etc.	
C. Falta de apoio psicológico: conversas/contatos na fase pré evasão visando o incentivo a ficar e no pós evasão visando a minha volta ao curso.	
D. A escola não se importava com minha frequência não entrando em contato mesmo ela estivesse baixa	
E. Não via um ensino de qualidade, com professores motivados e com boa didática.	
F. Falta de material de apoio às disciplinas	
G. Outro motivo. Qual?	

20-Interferências relacionadas ao trabalho	Percentual
H. Tive problemas para gerenciar meus horários entre estudo e trabalho	
I. Cheguei à conclusão de que o curso de técnico em informática não me auxiliaria na entrada no mercado de trabalho	

J. Por outro motivo. Qual?	
----------------------------	--

21-Sua situação após abandonar o curso técnico

- A. Abandonei para cursar outro curso técnico na mesma escola
- B. Abandonei para fazer o mesmo curso técnico em outra escola
- C. Abandonei para fazer outro curso técnico em outra escola
- D. Abandonei para fazer um curso técnico de curta duração
- E. Abandonei para cursar o médio
- F. Abandonei para estudar para o vestibular
- G. Abandonei para fazer faculdade
- H. Abandonei porque estava cansado de estudar e não pretendo estudar mais
- I. Abandonei por outro motivo. Qual?

22-Você tem preocupação por não ter terminado o técnico, portanto, pretende completar sua formação profissional uma vez que ela fará falta no mercado de trabalho?

- A. Sim
- B. Não.

23-Você tem interesse em conhecer os resultados desta pesquisa?

- A. ()Sim
- B. ()Não